

# A REGIÃO DO NORTE E O PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2021-2027

UMA REFLEXÃO ESTRATÉGICA

1.JULHO.2019



# A REGIÃO DO NORTE E O PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO

## 2021-2027

### UMA REFLEXÃO ESTRATÉGICA

1 de julho de 2019

#### Notas prévias:

- Este documento – elaborado pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional (POR) do Norte em estreita articulação com vários secretariados técnicos do Programa e com várias direções de serviços da CCDR-N, sob a orientação estruturadora do consultor António Manuel Figueiredo (QP) – pretende constituir-se num contributo de apoio à revisitação das Estratégias Sub-regionais proposta às Comunidades Intermunicipais (CIM) e Área Metropolitana do Porto (AMP) pelo Ministério do Planeamento com vista à preparação das negociações do próximo Acordo de Parceria a concretizar entre o Estado Português e a Comissão Europeia.
- O documento visa tão só abrir caminho ao aprofundamento desse período de planeamento quando conhecidas em definitivo as grandes orientações comunitárias e nacionais para a sua prossecução, não pretendendo assim substituir-se a qualquer eventual necessidade de um mais aturado diagnóstico estratégico de suporte à versão do Programa Operacional Regional (POR) para o próximo período de programação 2021-2027.
- O documento mobiliza fundamentalmente informação estratégica disponível sobre a Região do Norte<sup>1</sup>, interpretando-a segundo um modelo de leitura previamente debatido e validado entre as várias instâncias até ao momento envolvidas.

---

<sup>1</sup> Essa informação de referência é de natureza simultaneamente interna e externa à CCDR-N e ao próprio PO, sabendo-se da valia intrínseca da informação produzida pelos próprios serviços da CCDR-N, disponível a partir de publicações já regulares (como o são, por exemplo, o Norte Conjuntura e o Norte Estrutura) ou pontuais até ao momento (como o é, por exemplo, o exercício relevante de quantificação da incidência dos Fundos Estruturais na Região). No que respeita à informação “externa”, deve salientar-se a que resulta do próprio conhecimento acumulado sobre a Região e alguns trabalhos de avaliação entretanto realizados no âmbito do Plano Nacional de Avaliação coordenado pela AD&C. Para apoiar o enquadramento da posição da Região no contexto nacional e europeu inclui-se em anexo um conjunto de gráficos potencialmente relevantes para o efeito.

# Índice

<b>1. O PONTO DE PARTIDA: O EQUILÍBRIO NECESSÁRIO ENTRE CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS A COMBATER E ATIVOS ESPECÍFICOS A VALORIZAR E ESCALAR? .....</b>	<b>3</b>
<b>2. OS CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS .....</b>	<b>5</b>
2.1. AS BAIXAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA EMPREGADA .....	5
2.2. A BAIXA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E A AINDA LENTA MUDANÇA ESTRUTURAL DO PERFIL DE ESPECIALIZAÇÃO .....	6
2.3. O NATURAL E CONSEQUENTE MAU DESEMPENHO EM TERMOS DE RENDIMENTO <i>PER CAPITA</i> .....	9
2.4. A QUESTÃO DEMOGRÁFICA.....	11
2.5. A DINAMIZAÇÃO DOS “INTERIORES” E BAIXAS DENSIDADES .....	14
2.6. A QUESTÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL DO DOURO .....	15
2.7. O PASSIVO AMBIENTAL ASSOCIADO À BACIA LEITEIRA DA REGIÃO .....	16
2.8. A QUESTÃO INSTITUCIONAL .....	17
2.9. OS MODELOS DE NEGÓCIO DO ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E DA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO .....	18
2.10. EXCESSIVA ATOMIZAÇÃO INSTITUCIONAL E GOVERNAÇÃO MULTINÍVEL POUCO ESTRUTURADA, GERADORA DE INEFICIÊNCIAS E INSUFICIENTE APROVEITAMENTO DE RECURSOS .....	19
<b>3. OS ATIVOS ESPECÍFICOS A VALORIZAR E ESCALAR .....</b>	<b>21</b>
3.1. O SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO DO CÁVADO-AVE E DA AMP .....	21
3.2. OS RECURSOS EMPRESARIAIS, TERRITORIAIS, CULTURAIS E INSTITUCIONAIS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA REGIÃO .....	22
3.3. TERRITÓRIOS EMERGENTES E RECURSOS EMPRESARIAIS, DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E DE <i>CLUSTERIZAÇÃO</i> PARA A MUDANÇA ESTRUTURAL DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	24
3.4. OS SINAIS DE INOVAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL.....	28
3.5. A EXCELÊNCIA DOS <i>TERROIRS</i> NA ECONOMIA DO VINHO .....	29
3.6. A VALORIZAÇÃO NECESSÁRIA DOS AINDA EXISTENTES RECURSOS DE JUVENTUDE .....	29
3.7. O NORTE COMO CENTRO DE ATRAÇÃO DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO .....	30
3.8. OS RECURSOS DO TURISMO PARA UMA VALORIZAÇÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO.....	31
3.9. O POTENCIAL GEOESTRATÉGICO DA REGIÃO: SIMULTANEAMENTE ATLÂNTICO E CONTINENTAL .....	32
3.10. UM POTENCIAL DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO À INCUBAÇÃO DE PROJETOS AO QUAL DEVE CORRESPONDER UMA MAIS LEGÍVEL E CAPAZ OFERTA DE RECURSOS DE CONHECIMENTO E CONSELHO DE SUPORTE.....	33
<b>4. LINHAS DE INTERVENÇÃO A DESENVOLVER E EXPLORAR .....</b>	<b>34</b>
4.1. OBJETIVO COMUM 1 - UMA EUROPA MAIS INTELIGENTE, ATRAVÉS DA INOVAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA E APOIO ÀS PME.....	34
4.2. OBJETIVO COMUM 2 - UMA EUROPA MAIS VERDE, DESCARBONIZADA, IMPLEMENTANDO O ACORDO DE PARIS E INVESTINDO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, RENOVÁVEIS E COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS .....	35
4.3. OBJETIVO COMUM 3 - UMA EUROPA MAIS CONECTADA COM REDES ESTRATÉGICAS DE TRANSPORTES E DIGITAIS ..	36
4.4. OBJETIVO COMUM 4 - UMA EUROPA MAIS SOCIAL, INVESTINDO NO PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS E APOIANDO A QUALIDADE DO EMPREGO, A EDUCAÇÃO, AS COMPETÊNCIAS, A INCLUSÃO SOCIAL E O ACESSO EQUITATIVO AOS CUIDADOS DE SAÚDE .....	37
4.5. OBJETIVO COMUM 5 - UMA EUROPA MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS, APOIANDO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO CONDUZIDAS A PARTIR DO LOCAL E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL EM TODA A UNIÃO EUROPEIA .....	37
<b>ANEXOS .....</b>	<b>39</b>

## 1. O ponto de partida: o equilíbrio necessário entre constrangimentos estruturais a combater e ativos específicos a valorizar e escalar?

O atrás mencionado modelo de leitura da informação regional estratégica disponível assenta na convicção de que, conhecidos que são os parâmetros gerais que enquadram a nível da União Europeia o período de programação 2021-2027, a estratégia a prosseguir pelo Norte de Portugal nesse período deve procurar **uma solução de equilíbrio entre combater os principais constrangimentos estruturais que a Região continua a enfrentar e valorizar numa escala aumentada os ativos específicos** que fazem a diferença do Norte em relação ao restante território nacional e à União Europeia. Chama-se a atenção para um facto relevante: **não existe algoritmo nem solução mágica que proporcione com rigor a tal percentagem de equilíbrio entre as duas dimensões que devem enquadrar a programação**. Para já, existem regras já definidas a nível europeu em matéria de concentrações temáticas e de alocação a recursos a essas prioridades que condicionam essa combinação virtuosa. Depois nem sempre estão disponíveis os instrumentos de política que melhor respondam aos imperativos desse equilíbrio desejado. Mais ainda, o presente texto ainda não dispõe do conhecimento necessário em termos das orientações nacionais para o exercício da programação 2021-2027 cuja rigidez (lendo o passado) pode comprometer a agilidade necessária para encontrar os tais equilíbrios.

O que é já possível é explicitar a trajetória analítica que conduziu à evidência de que a procura daquele equilíbrio constituirá uma linha fundamental de alocação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) à região:

- **O Norte comanda a realocação de recursos a favor dos transacionáveis observada na economia portuguesa** na sequência do ajustamento posterior ao resgate financeiro, apresentando mais elevados índices de abertura e de orientação exportadora, para além de representar a Região portuguesa com maior peso nas exportações nacionais<sup>2</sup>.
- Do mesmo modo, **a Região é fortemente sensível a fenómenos recessivos globais com quebras significativas de procura externa**, segundo um modelo que poderíamos sintetizar na expressão: “o Norte lidera as recuperações conduzidas a partir da procura externa e é vulnerável a choques que impactem essa procura externa”.
- **O perfil de exportação da Região** continua a ser uma combinação de padrões emergentes (fileira automóvel nos termos alargados que a CCDR-N<sup>3</sup> utiliza e máquinas e aparelhos e material elétrico) para uma maior diversificação de exportações e de tendências pesadas de especialização, não sendo indiferente concluir que esta última dimensão das exportações regionais (têxtil e vestuário e calçado, principalmente), apesar dos desenvolvimentos observados na cadeia de valor em alguns dos seus segmentos, apresenta apenas margens incrementais de evolução da produtividade.
- Não é totalmente claro **se a muito positiva evolução das exportações regionais**, observada após o fim do programa de resgate financeiro, com melhoria dos termos de troca e das quotas de mercado a nível mundial **é sustentada** ou se, pelo contrário,

---

<sup>2</sup> Em 2018 a Região do Norte representava 39,1% das exportações de bens nacionais. Por outro lado, a orientação exportadora da Região, que mede a proporção de exportações de bens no PIB regional, alcançou 38,6% em 2017, um valor superior em 10pp ao da orientação exportadora de Portugal.

<sup>3</sup> Cfr. CCDR-N, 2017, “O Comércio Internacional de Mercadorias da Região do Norte em 2016”, Norte Estrutura nº3.

tenderá a estancar-se, não esquecendo a forte concentração de mercados em Espanha, França e Alemanha e os riscos do efeito BREXIT.

- A **baixa produtividade aparente do trabalho** que a Região ainda apresenta (a mais baixa do país), fortemente correlacionada com o também baixo produto *per capita* da Região (também o mais baixo do país) certamente que terá explicações que se cruzam com o perfil de especialização da Região, mas **emerge como um constrangimento estrutural de largo espectro**<sup>4</sup>, já que pode também ser explicada por fatores como: (i) baixas qualificações da população ativa empregada; (ii) insuficiências de capacidade de gestão e de desempenho organizacional das empresas; (iii) longa maturação dos resultados dos processos de I&D&I que os últimos períodos de programação estão a apoiar; (iv) processos muito lentos de mudança estrutural com massas críticas de recursos humanos a deslocarem-se de setores menos produtivos para outros mais produtivos e com maior intensidade de incorporação de conhecimento abaixo do desejável; (v) incidência na Região de fatores penalizadores de carácter transversal a todo o país como o preço relativo elevado da energia e das telecomunicações, a que poderíamos associar os custos do centralismo para cidadãos e empresas; (vi) efeitos destas penalizações em termos de preços relativos sobre a taxa de câmbio real, contribuindo para a penalização por essa via da competitividade regional; (vii) efeitos associados à pequena dimensão do país que penalizam progressões na cadeia de valor de exportações, como as problemáticas das marcas próprias, o domínio dos circuitos de distribuição, a imagem global associada aos produtos, etc.
- Naturalmente, os fenómenos atrás mencionados não podem deixar de produzir **implicações em termos territoriais**, já que no território da Região se observam concentrações de constrangimentos estruturais, mas também de ativos específicos.
- Em parte, a equação competitividade versus coesão que tenderá a travessar toda a programação remete também para a **procura de um equilíbrio entre combate aos constrangimentos estruturais e valorização de ativos específicos em escalas mais alargadas**.

---

<sup>4</sup> Está em vias de ser desenvolvido um promissor estudo de investigação (com financiamento FCT) a cargo de equipa da Universidade do Minho, liderada pelo Professor Miguel Portela, sobre a evolução da produtividade em Portugal.

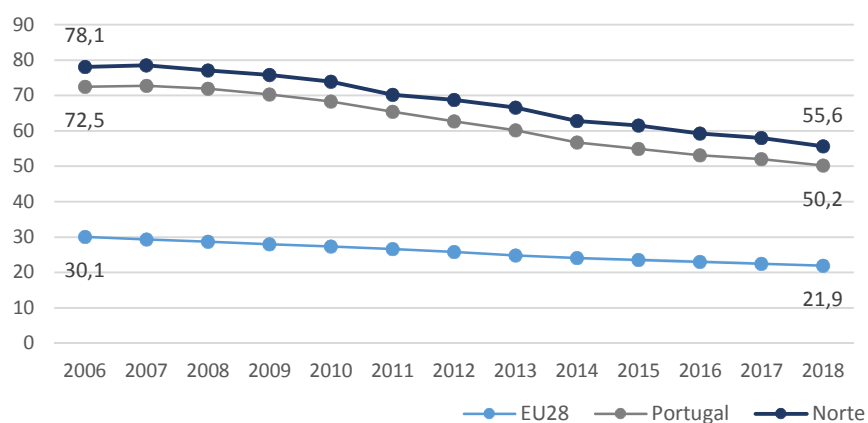
## 2. Os constrangimentos estruturais

Como é compreensível, nem todos os constrangimentos estruturais preliminarmente identificados neste documento correspondem a domínios de intervenção potencial do futuro POR Norte ou até inclusivamente do PT2030. De qualquer modo, até para contextualizar os resultados esperados a partir das intervenções do próximo período de programação, é **importante apreender o que pode ser solicitado a esses instrumentos de intervenção em matéria de minimização/erradicação dos constrangimentos estruturais que bloqueiam o desenvolvimento da Região.**

### 2.1. As baixas qualificações da população ativa empregada

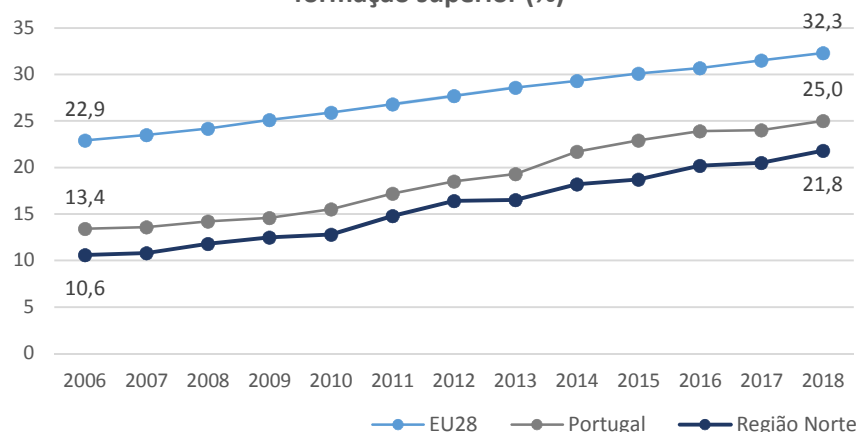
Embora para efeitos de comparação com a União Europeia (28), os dados constantes dos dois gráficos seguintes respeitem aos níveis extremos de educação (0-2 e 5-8 ISCED) na população 15-64 anos, a dimensão do problema estende-se como é óbvio à população ativa empregada. O constrangimento estrutural é visível apesar da transição observada: a Região parte de valores muito altos e muito baixos respetivamente de população com baixos níveis de educação e com formação superior e tem revelado progressos assinaláveis. Em termos de valorização de produto potencial da Região, ele está nestas condições muito dependente da integração de jovens no mercado de trabalho e da possível requalificação profissional dos ativos empregados com baixas qualificações.

Gráfico 1 - Proporção de população com 25 a 64 anos que não concluiu o ensino secundário (%)



Fonte: Estatísticas regionais, Eurostat, 2019

**Gráfico 2 - Proporção de população com 25 a 64 anos com formação superior (%)**



Fonte: Estatísticas regionais, Eurostat, 2019

Considerando que os níveis de educação da população mais jovem que procura o primeiro emprego são em média superiores ao nível de educação dos ativos empregados e embora possa ser descontado o capital de competências adquirido em posto de trabalho, há aqui um equilíbrio a conseguir: **a melhoria das condições de integração no mercado de trabalho dos jovens relativamente mais qualificados tem de ser conseguida simultaneamente com a continuidade da aposta de requalificação dos empregados menos qualificados.** Só assim, o produto potencial da Região poderá ter aumentos relevantes induzidos pela progressão dos níveis de educação.

Considerando ainda os efeitos que as baixas qualificações tendem a produzir sobre as remunerações do trabalho e, indiretamente, na mais baixa pressão para a introdução de inovações, **este padrão de qualificações da Região, cuja alteração é muito lenta, tem efeitos dinâmicos a longo prazo que não serão despidiendos.** Entretanto, há que ter em conta que, para algumas profissões de baixas qualificações (construção civil, por exemplo), se observam fenómenos de escassez de mão-de-obra, o que relativiza os argumentos atrás apresentados.

## **2.2. A baixa produtividade aparente do trabalho e a ainda lenta mudança estrutural do perfil de especialização**

**A inércia estrutural da baixa produtividade** é visível quer no gap de produtividade que o país apresenta no seu todo face à União Europeia (28), que não mostra sinais de se reduzir nem sequer no período de expansão mais recente, quer na posição de grande inércia que o Norte apresenta relativamente ao Continente, no horizonte 1995-2017. Acresce que o contributo da região para o PIB evidencia também uma grande estabilidade em torno dos 30% com ligeiras variações ao longo dos ciclos económicos.

Como é óbvio, estes valores ocultam importantes variações inter-setores e inter-territórios NUTS III, como poderá ser constatado utilizando informação de decomposição dos fatores de crescimento e produtividade elaborados pelo INE.

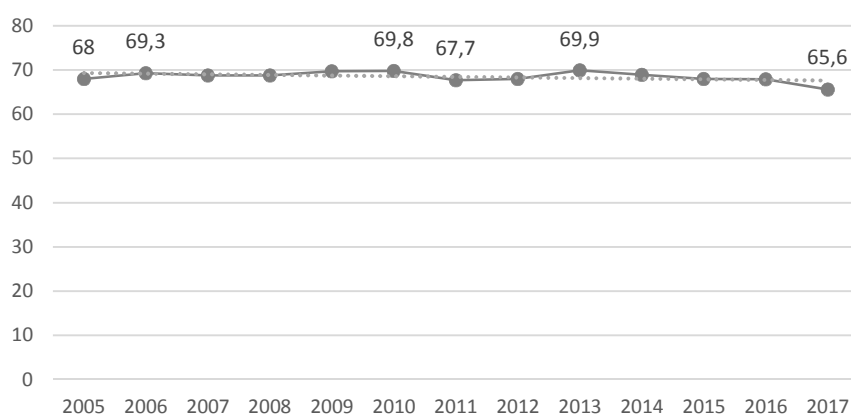
Embora para um período mais curto (2010-2016), o cálculo da variação da produtividade aparente do trabalho para a indústria transformadora tem comportamento similar, com o

elemento de informação adicional de que a região continua a apresentar valores inferiores aos da Região Centro.

Porém, se nos reportarmos ao ano de 2011 (resgate financeiro), o Norte emerge com uma dinâmica de variação da produtividade aparente do trabalho na indústria transformadora mais favorável do que o Continente e a Região Centro, o que vem confirmar a ideia de que a Região tem melhor desempenho na recuperação em ambiente com maior relevância dos transacionáveis na alocação de recursos.

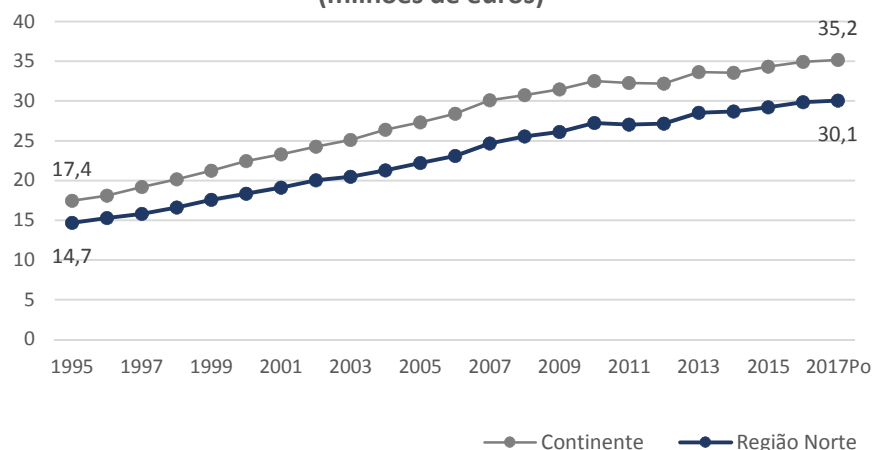
De qualquer modo, **podemos falar de inércia estrutural a propósito deste constrangimento.**

**Gráfico 3 - Produtividade por hora trabalhada em Portugal (UE28=100)**



Fonte: Estatísticas regionais, Eurostat, 2019

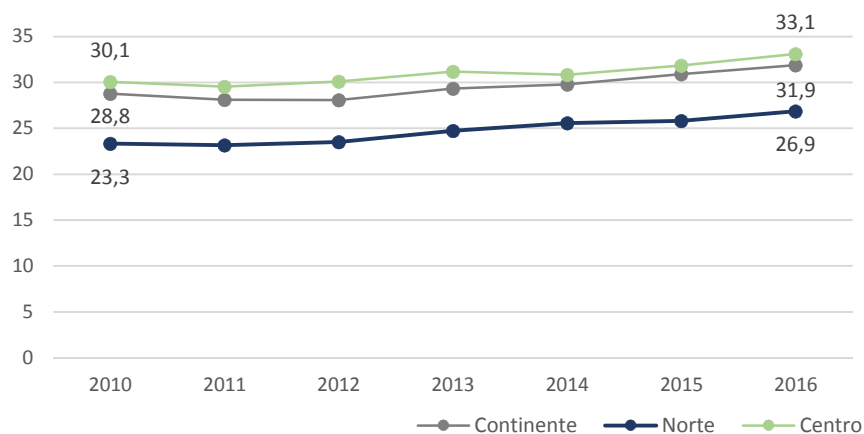
**Gráfico 4 - Produtividade aparente do trabalho (milhões de euros)**



Fonte: Contas económicas regionais, INE, 2019

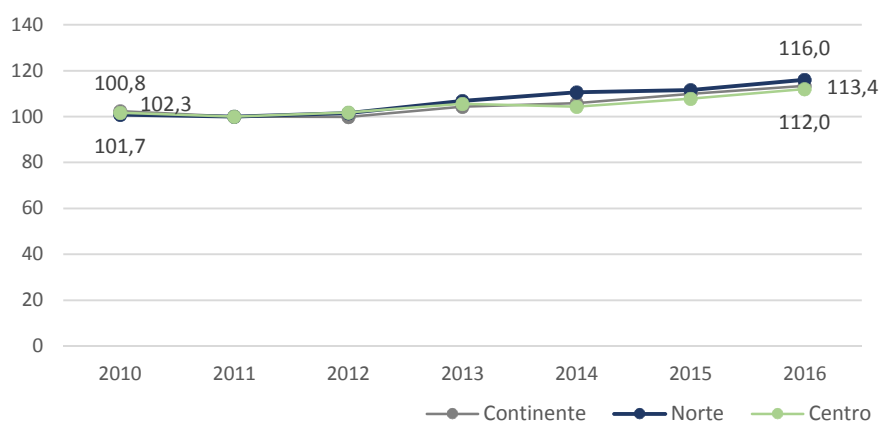


**Gráfico 5 - Produtividade Aparente do Trabalho  
Indústrias Transformadoras**



Fonte: Contas económicas regionais, INE, 2019

**Gráfico 6 - Produtividade Aparente do Trabalho  
Indústrias Transformadoras (Índice base 100 - 2011)**

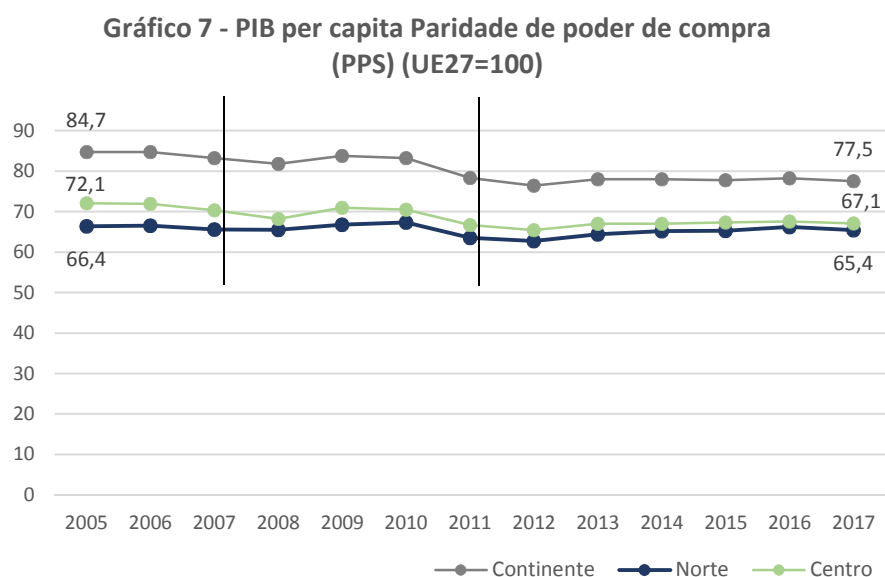


Fonte: Contas económicas regionais, INE, 2019

**A baixa produtividade da Região tem** como vimos na secção introdutória **determinantes variados e complexos**. Genericamente, ela reflete condições intra setoriais e empresariais, uma ainda incipiente mudança estrutural para setores mais produtivos e seguramente custos de contexto com reflexos na produtividade global dos fatores, ainda não plenamente medidos a nível regional. Por isso se trata de um domínio com uma frente de intervenção de grande transversalidade, sendo necessário acautelar essa perspetiva no próximo período de programação.

### 2.3. O natural e consequente mau desempenho em termos de rendimento *per capita*

Em termos de paridade de poder de compra, a Região consegue em 2017 praticamente igualar a posição face à União de 2008 (crise financeira) e ultrapassa mesmo o valor alcançado no momento do resgate financeiro (2011). Não é, entretanto, possível concluir se o valor observado em 2017 corresponderá a uma possível interrupção da redução do *gap* face à União ou se é meramente conjuntural.



Fonte: Contas nacionais, INE, 2018

Com base em cálculos realizados pelos serviços da CCDR-N<sup>5</sup>, é possível comparar a evolução operada no PIB *per capita* do Continente, Norte e Centro no período de 2008-2017 do ponto de vista da sua decomposição em variação da produtividade aparente do trabalho, do peso do emprego na população ativa e do peso da população ativa na população total, a preços constantes e com adicional subdivisão da análise para dois subperíodos, 2000-2008 e 2012-2017 (taxas de crescimento globais e médias anuais). As duas tabelas mais abaixo apresentam os valores globais para o período 2000-2017.

<sup>5</sup> Coordenação do CETR (Vasco Leite e Josefina Gomes), no quadro da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR).

**Tabela 1 - Decomposição do crescimento do PIB *per capita* 2008-2017, Continente, Norte e Centro, a preços constantes, variações globais e médias anuais**

Valores acumulados a preços constantes				
2008-2017				
	PIB <i>per capita</i> (preços constantes)	Produtividade do trabalho (preços constantes)	Proporção do emprego na população ativa	Proporção da população ativa na população total
Portugal	1,61%	4,79%	0,24%	-3,42%
Norte	7,44%	8,00%	1,88%	-2,44%
Centro	4,06%	11,05%	2,69%	-9,69%
Valores médios anuais a preços constantes				
2008-2017				
	PIB <i>per capita</i> (preços constantes)	Produtividade do trabalho (preços constantes)	Proporção do emprego na população ativa	Proporção da população ativa na população total
Portugal	0,18%	0,53%	0,03%	-0,38%
Norte	0,80%	0,86%	0,20%	-0,26%
Centro	0,44%	1,21%	0,29%	-1,06%

Os valores observados para o Norte revelam um modelo relativamente equilibrado entre as componentes “explicativas” da variação do PIB *per capita*, alcançando um bom desempenho em termos de variação da produtividade com ganhos de emprego e um menor recuo do peso da população ativa na população total. A maior variação da produtividade do Centro é conseguida através de uma mais elevada quebra de atividade.

A decomposição em dois subperíodos é também sugestiva (com valores apenas para o crescimento global observado).

Dos valores das duas tabelas seguintes, é possível confirmar que **a diferenciação do Norte é mais visível no período pós início do resgate financeiro**, refletindo provavelmente o peso da alocação de recursos nos setores transacionáveis que caracterizou este período, com um maior crescimento do produto *per capita*. Este aumento é obtido com um relativo equilíbrio entre variação da produtividade e do peso do emprego e a redução de atividade não é significativamente distinta da observada no continente. O padrão de evolução observado contrasta com o da Região Centro com maior variação da produtividade e menor aumento do peso do emprego na população ativa.

**Tabela 2 - Decomposição das variações do PIB *per capita* nos subperíodos 2000-2008 e 2012-2017, Continente, Norte e Centro, preços constantes, variações globais**

2000-2008				
	PIB per capita (preços constantes)	Produtividade do trabalho (preços constantes)	Proporção do emprego na população ativa	Proporção da população ativa na população total
Portugal	6,14%	8,02%	-4,71%	2,84%
Norte	6,41%	9,79%	-6,33%	2,95%
Centro	4,82%	9,02%	-6,39%	2,19%
2012-2017				
	PIB per capita (preços constantes)	Produtividade do trabalho (preços constantes)	Proporção do emprego na população ativa	Proporção da população ativa na população total
Portugal	8,64%	1,58%	8,12%	-1,06%
Norte	12,33%	3,72%	10,64%	-2,02%
Centro	9,73%	6,48%	4,77%	-1,52%

Alguns analistas questionam se os valores baixos registados em termos de produto *per capita* na região (não em termos da sua variação) estão ou não em linha com a observação de terreno. Por vezes, não é fácil inferir das manifestações de riqueza, valor e consumo que se vão observando na região os baixos valores de produto (rendimento) por habitante que as estatísticas nos revelam. A inexistência de estatísticas fiáveis quanto à regionalização de indicadores de privação ou de pobreza absoluta não permitem “resolver” este eventual desvio entre a perceção de terreno e os indicadores disponíveis. Embora possam existir alguns problemas de medida induzidos por fenómenos de disseminação da economia informal, não existem estudos que nos permitam territorializar com rigor essa questão a nível regional. E não pode ignorar-se que as contas nacionais do INE já captam, por técnicas de imputação, algumas dessas dimensões de informalidade económica. Por isso, tendemos a considerar que **a questão dos baixos valores de produto *per capita* é mais uma questão estrutural e menos um problema de medida do produto.**

#### **2.4. A questão demográfica**

A Região do Norte constitui um bom indicador da rapidez a que as transições demográficas se processam, na medida em que, em duas ou três décadas, ela passou a partilhar um problema nacional.

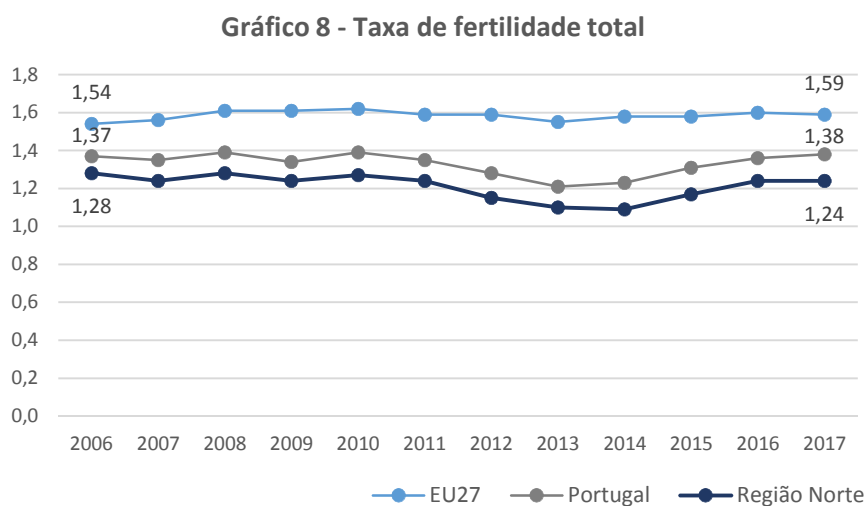
Vários indicadores podem ser mobilizados para evidenciar esta situação-padrão, que tem como sabemos profundas implicações territoriais e reduz a margem de manobra em termos de movimentos de migração interna na Região.

Dadas as suas repercussões em termos de variação do produto potencial da economia regional (fonte de emprego), mas também de veículo de introdução de novas qualificações no tecido produtivo, a evolução da taxa de fertilidade total constitui um bom indicador da situação problema.

**A Região apresenta já um comportamento da taxa de fertilidade total inferior à da União e do País, não sendo ainda seguro afirmar se a evolução dos próximos anos será de estagnação ou de aumento sustentado por mais alguns anos. A evolução do rendimento das famílias, da situação socioprofissional da mulher e das políticas de conciliação da vida profissional e familiar são variáveis que pesarão fortemente na evolução desta variável.**

Embora as NUTS III correspondentes aos sistemas regionais de inovação do Cávado-Ave e da AMP continuem a apresentar pesos inferiores da população envelhecida, aos quais se junta o Tâmega e Sousa, nas NUTS III do Alto Minho, Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes estamos já perante uma clara incidência do envelhecimento. Isso penaliza alguns sinais de mudança de especialização produtiva no Alto Minho e transforma também num problema social a dinamização necessária dos “interiores”.

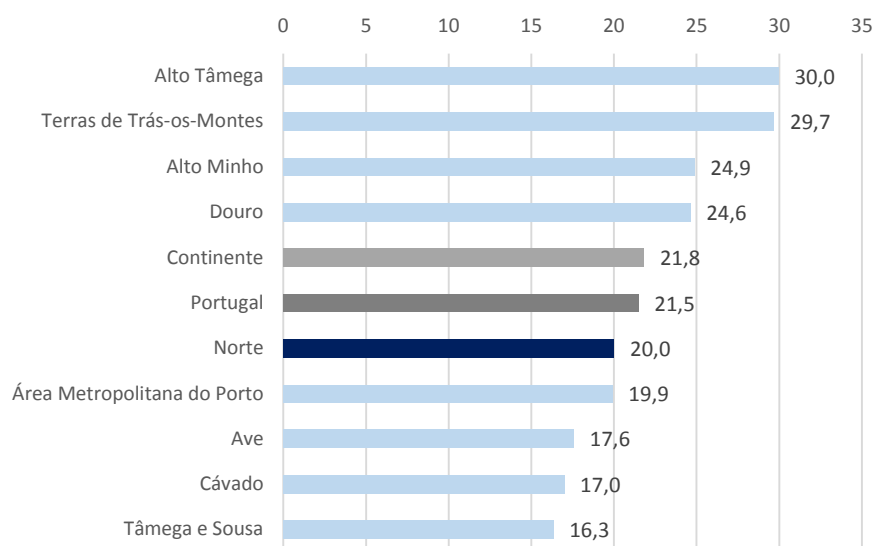
Há, no entanto, que realçar que **a Região apresenta ainda algumas pequenas bolsas de juventude** (sobretudo localizadas no território do Tâmega e Sousa<sup>6</sup>), com alguns concelhos a manterem ainda pesos de população com menos de 14 anos superiores ao peso da população com mais de 65 anos.



Fonte: Estatísticas regionais, Eurostat, 2019

<sup>6</sup> A que se junta o agora integrado na AMP município de Paredes e outros concelhos, sobretudo do Cávado, em que o peso da população com menos de 14 anos, embora já inferior ao do da população com mais de 65 anos, é ainda muito próximo.

**Gráfico 9 - Peso da população com mais de 65 anos na total (% , 2018)**



Fonte: Estatísticas regionais, Eurostat, 2019

**Tabela 3 - Indicadores demográficos por NUTS III**

	Índice de envelhecimento 2017	Índice de dependência de jovens e idosos 2017	Evolução populacional 1991-2017		Nº municípios com perda de pop. >20% (1991-2017)
			Nº	%	
Norte	153,3	49,4	65.677	1,9	35
Alto Minho	214,7	57,4	-18.439	-7,4	2
Cávado	122,2	44,8	45.620	12,7	1
Ave	134,8	44,2	18.844	4,8	2
A.M. Porto	148,0	50,1	101.623	6,3	1
Alto Tâmega	308,6	65,8	-24.901	-22,2	5
Tâmega e Sousa	119,2	43,0	11.653	2,9	2
Douro	220,8	55,8	-44.618	-18,9	16
T. Trás-os-Montes	294,1	66,1	-24.105	-18,2	6

## 2.5. A dinamização dos “interiores” e baixas densidades

Embora a coesão territorial e a valorização de ativos específicos associados aos territórios interiores da Região tenham sido objeto de atenção particular no período de programação do QREN 2007-2013 (com por exemplo uma intervenção para o ativo específico Douro e diferentes PROVERE, alguns dos quais foram prolongados no atual período de programação), pode dizer-se que a significativa melhoria das condições de vida conseguida nesses territórios não conseguiu por si só criar uma dinâmica sustentada de revitalização desses territórios. Esses territórios não são desprovidos de ativos específicos para uma diferenciação inimitável e competitiva, como o demonstra uma vez mais o Douro. Mas o facto é que **por falta de escala de investimentos estruturantes, por atomização e debilidade institucional local e também por força do cenário demográfico não amenizável sem uma forte integração com o desenvolvimento económico e a atração de investimento**, estes territórios estão fortemente penalizados na resolução da equação competitividade-coesão territorial.

Há no entanto diferenciações territoriais relevantes a ponderar neste constrangimento.

Assim, o Alto Tâmega que se organiza essencialmente em torno da cidade de Chaves, procura em torno do recurso “água” configurar uma estratégia de desenvolvimento que organize pontes entre o desenvolvimento urbano, os ativos turísticos e a experiência de desenvolvimento local aí implantada. A incorporação de novo conhecimento como bem público necessário para a valorização dessa combinação de recursos tem no recentemente aprovado Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia para o setor da água a sua grande oportunidade.

O Tâmega e Sousa que pode considerar-se um território de charneira entre o maior desenvolvimento do litoral e o interior Douro e Terras de Trás-os-Montes (TTM) já foi antes considerada região “cinzenta”, essencialmente pelos baixos indicadores de educação, embora apresente hoje melhorias significativas nesse âmbito busca ainda um referencial integrador de desenvolvimento que proporcione algum sentido de integração e complementaridade num território que ainda é muito Tâmega e muito Sousa e pouco Tâmega e Sousa. Neste último território, tem-se revelado difícil capitalizar a presença de uma rede de cidades, cuja magnitude demográfica não pode ser desvalorizada (Felgueiras, Paços de Ferreira, Lousada, Penafiel, Marco de Canaveses, Amarante), em termos de fixação de serviços de suporte ao tecido industrial e das bolsas de juventude ainda aí existentes.

Quanto aos territórios de TTM e Douro, é cada vez mais evidente a diferenciação dos seus problemas estruturais antes envolvidos na grande envolvência de Trás-os-Montes e Alto Douro. Se no caso de TTM, a novidade emergente é a dinâmica de Bragança (sobretudo através das dinâmicas do Instituto Politécnico de Bragança e da atração de investimento), no Douro (cuja questão social é em si um constrangimento estrutural a merecer individualização, ver secção seguinte) a principal novidade é a articulação mais forte hoje existente entre a excelência da economia do vinho e do seu *terroir* e do

turismo. São sinais promissores que devem contribuir para uma abordagem mais estruturante aos constrangimentos estruturais, diferenciados, de ambos os territórios.

Esta questão exigirá que a programação dos FEEI possa beneficiar futuramente de orientações de ordenamento do território concertadas a nível regional no quadro de um PROT Norte vinculativo e estratégico.

## 2.6. A questão social e institucional do Douro

O Douro é neste momento um território a suscitar atenção particular, já que nele se combinam dinâmicas de inovação e internacionalização que devem ser ampliadas e dois problemas estruturais cujos laços de articulação com os desafios da programação 2030 não são fáceis de estabelecer.

O problema institucional é conhecido e bem diagnosticado em momentos anteriores. Existe uma forte indefinição institucional quanto às funções a desempenhar pelo IVDP, pelo Conselho Interprofissional do Douro que funciona junto do IVDP, e pela Casa do Douro (esta última no quadro da recente deliberação da Assembleia da República sobre a matéria), não esquecendo ainda a associação privada dos representantes dos exportadores de vinho do Porto. **Esta questão é penalizadora já que compromete as energias que seriam necessárias para uma resposta coletiva aos desafios de sustentabilidade da economia do vinho do Porto e do Douro.**

Mas para além da complexa questão institucional do Douro (não esqueçamos a forte regulação da economia do vinho (do Porto e do Douro)), o Douro enfrenta há já alguns anos uma **forte ameaça social que surge associada ao futuro dos pequenos viticultores** num quadro de exigências qualitativas de vitivinicultura que alguns deles não conseguem assegurar. Se o regime de benefício das uvas para o vinho do Porto tem assegurado uma espécie de almofada social ao sistema, não é menos verdade que o preço a que é adquirida a uva para efeitos de produção de Douro DOC ou de vinho regional anuncia uma impossibilidade de manutenção do *status quo*, sobretudo num contexto em que parece cada vez mais claro que não será pela quantidade que o Douro poderá afirmar-se. Interpretando as dinâmicas que estão a observar-se, a situação tanto pode evoluir para modalidades gravosas de abandono, de forte concentração da propriedade vitícola ou mesmo de deriva favorável à afirmação por via da quantidade, todas elas penalizadoras do ativo específico Douro<sup>7</sup>.

Não sendo ainda claro como é que a programação 2030 poderá acolher esta questão, ela deve ser considerada um constrangimento estrutural pois pode estar em causa um dos ativos específicos da Região com maior identidade e diferenciação. A ideia principal

---

<sup>7</sup> São de salientar, nesta matéria, dois estudos elaborados para o IVDP: o de 2008, pela QP – Universidade Católica, e o de 2018, pela UTAD.

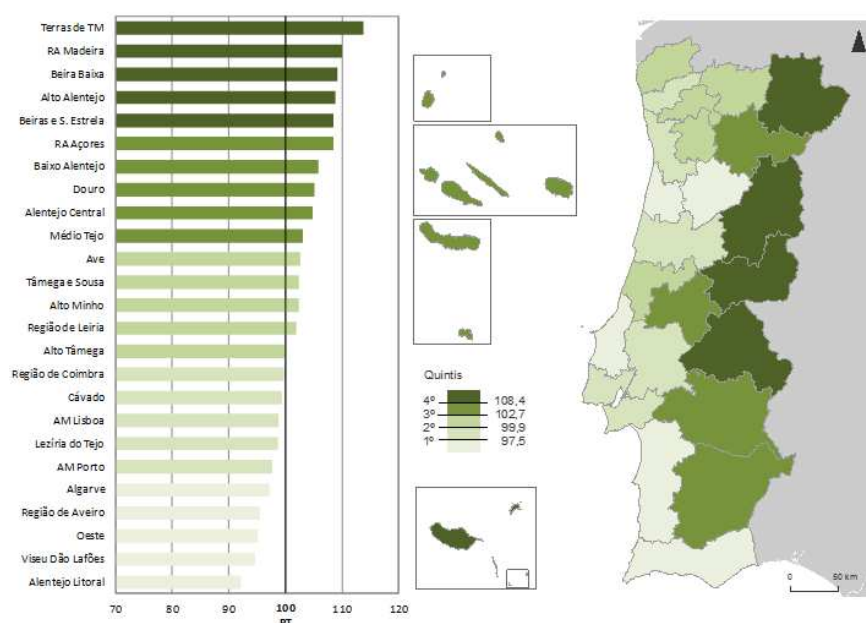


a reter nesta matéria é a da efetiva impossibilidade de resolver em simultâneo a modernização do sistema produtivo e a questão social.

## 2.7. O passivo ambiental associado à bacia leiteira da Região<sup>8</sup>

A Região do Norte tem cinco das suas oito NUTS III com um índice de qualidade ambiental superior à média nacional (Índice Sintético de Desenvolvimento Regional INE 2016), como pode observar-se a partir da figura da página seguinte. Este indicador sugere que a problemática dos passivos ambientais não apresenta na região a gravidade que a associe a um constrangimento estrutural de carácter global. Porém, no caso da bacia leiteira implantada nas franjas norte da AMP e contiguidade ao Ave, **o passivo ambiental de contaminação de solos e de qualidade do ar que vem associado à intensidade da produção leiteira e bovina deve ser considerado um forte constrangimento**, sobretudo pela penalização que determina para o modelo de organização territorial da AMP, caracterizado pela sua capilaridade e integração com mais-valias rurais e qualidade de solo que tem sido possível manter e proteger da intensificação urbana.

Figura 1 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2016 – Qualidade Ambiental



Fonte: INE, 2018, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2016

<sup>8</sup> Outros tipos de questões ambientais, incluindo outros passivos localizados e não referidos neste documento ou outras vias de abordagem impactantes na área em causa (alterações climáticas, economia circular, etc.), terão o devido cabimento em tratamentos mais aprofundados a desenvolver posteriormente.

## 2.8. A questão institucional

Os serviços técnicos da CCDRN e do PO Norte têm concretizado um esforço notável de sistematização de informação relativa à incidência na Região do Norte dos FEEI e dos diferentes programas que os veiculam. Essa análise não está ainda completa, mas uma conclusão pode ser extraída: **à medida que se vai conhecendo melhor o que é investido na Região via apoio dos FEEI, mais se enraíza a ideia de que o desenvolvimento da Região enfrenta um poderoso constrangimento institucional.** Esse constrangimento resulta da convicção de que **não existe um racional suficientemente sólido de articulação de todos estes investimentos que estão a ser realizados na Região com apoio dos FEEI.** Mais ainda, não só não existe esse racional como a monitorização dos seus efeitos está longe de enriquecer em tempo útil o processo de tomada de decisão e de gestão desses apoios.

O constrangimento institucional não existe apenas porque não são concedidos à CCDRN e ao POR Norte os meios necessários. Ele também existe porque a nível nacional essa territorialização de efeitos só muito tardiamente (através de uma multiplicidade de estudos de avaliação cujos efeitos no período de programação a que respeitam são duvidosos).

**A resposta a este constrangimento institucional tem obviamente variantes diversas com desigual grau de rotura quanto ao *status quo* institucional** que podem ir desde a regionalização à territorialização mais estruturada e com maior atenção aos desafios de cada território NUTS II, passando por fórmulas mais ágeis e criativas de governança, que exigem um enorme e disruptivo processo de melhoria de sistemas de informação de suporte.

Acresce que **este constrangimento institucional é de natureza transversal, tocando praticamente todos os domínios da programação.** Como é compreensível, ele tende a ser proporcional aos pesos da alocação de recursos. Assim, dado o peso dos Objetivos Temáticos 1 e 3 na programação, é nesses domínios que se faz mais sentir, embora possa dizer-se que no caso das políticas de investigação científica e tecnológica e do I&D&I ele tem sido mais atenuado por via da relevância dos Sistemas Regionais de Inovação do Cávado-Ave e da AMP (ver ativos específicos).

Enquanto projeção específica deste constrangimento institucional, há que mencionar o deficiente ordenamento florestal e agrícola e, sobretudo, o desenho de uma política agrícola que integre em devida medida a falta de investimento em infraestruturas de ordenamento de um território agrícola predominantemente minifundiário e de apoio à sustentabilidade das suas micro ou pequenas explorações.

## 2.9. Os modelos de negócio do acolhimento empresarial e da atração de investimento

A problemática do acolhimento empresarial e da atração de investimento que lhe anda associada tem sido acolhida em sucessivos períodos de programação à medida que o seu ciclo de desenvolvimento vai sendo avançado. Assim, desde o já longínquo período dos loteamentos industriais até à relativamente frustrada tentativa ensaiada no QREN de hierarquizar o universo das áreas de acolhimento empresarial, passando pela articulação do tema com as acessibilidades terminais, o acolhimento empresarial tem sido fundamentalmente abordado pela via da infraestruturação, assumindo esta diferentes graus de exigência e sofisticação de ambições.

De qualquer modo, **a situação que persiste é a de um domínio manifestamente de âmbito municipal, fortemente atomizado e com muito raras iniciativas de abordagem e concertação por via intermunicipal** (ação das CIM), como é, por exemplo, o caso do Cávado.

Enquanto constrangimento estrutural, o acolhimento empresarial é penalizado por:

- Forte atomização de iniciativas, quase sempre limitadas à disponibilização de solo infraestruturado praticamente gratuito com larguíssima incidência no plano municipal;
- Muito deficiente articulação com as políticas de atração de investimento;
- Praticamente inexistente formulação de modelos de negócio que articulem em mercado o acolhimento e a atração de investimento;
- Muito deficiente articulação com o papel da AICEP na atração e captação de investimento direto estrangeiro (ver constrangimento institucional).

Neste contexto, **o principal constrangimento respeita hoje à debilidade dos modelos de negócio no acolhimento empresarial e na atração de investimento**, que inibe a Região de poder estar em linha com a moderna bateria de variáveis e indicadores que a localização de investimento estruturantes tende a procurar. Antecipa-se, assim, a possibilidade do próximo período de programação intervir nesta matéria.

**A problemática do acolhimento empresarial é uma das áreas de intervenção em que o já referido constrangimento institucional mais se faz sentir.** Até aqui a intervenção tem sido eminentemente municipal, com alguma presença ainda residual do quadro intermunicipal. Mas estamos perante um domínio de apetrechamento infraestrutural e de modelos de gestão fortemente carenciado de um quadro estratégico regional orientador, no âmbito do qual o nível municipal e intermunicipal de intervenção possa ser integrado e devidamente orientado.

Um dos dois recentes avisos lançados pelo POR Norte para apoiar iniciativas de acolhimento empresarial, mais propriamente o destinado a municípios com total inscrição do seu território no critério da baixa densidade, é uma tentativa de não deixar este tipo de territórios fora das prioridades nesta matéria e neles criar condições infraestruturais mínimas de atração de investimento.

## **2.10. Excessiva atomização institucional e governação multinível pouco estruturada, geradora de ineficiências e insuficiente aproveitamento de recursos**

Os sucessivos períodos de programação com os seus quadros institucionais de suporte tenderam a criar novas instituições e entidades e a produzir sistemas de atores bastante complexos, muitas vezes fortemente atomizados, sobretudo do ponto de vista de que a tamanha profusão de instituições nem sempre corresponde a devida capacitação organizativa, técnica e humana. A resiliência após projeto observa-se e, regra geral, um próximo período de programação permite colmatar as dificuldades. Mas nem sempre a procura de serviços evolui ao ritmo de progressão desejável. O enraizamento, embora com dificuldades, acontece, o quadro institucional complica-se e **a governação multinível pode gerar custos de transação elevados.**

O problema da atomização com défices de capacitação tem alguma margem de superação, pelo menos parcial, e nessa medida os FEEI estão regra geral presentes. Mas, como é óbvio, **uma capacitação que não seja acompanhada pela sustentação estratégica (e com ela articulada) do projeto ou da entidade corre o risco de não gerar externalidades positivas**, que ficam dependentes do destino futuro dos recursos humanos que acabarão por migrar para outras atividades ou domínios.

**O problema da governação multinível<sup>9</sup> desestruturada e geradora de ineficiências é mais gravoso.** Não há, como um planeador apressado poderia pensar, um modelo de governação multinível uniforme e ótimo para todos os domínios de intervenção de um período de programação. O modelo de vinculação territorial de parcerias para a inovação tecnológica não é seguramente o mesmo das políticas de descarbonização ou de valorização ambiental, e será seguramente diferente do empreendedorismo ou da territorialização das políticas educativas e do ensino vocacional produtor de qualificações intermédias ou da animação socioeconómica.

Esta penalização observar-se-ia mesmo num mundo ideal de capacitação do tecido institucional existente. É muito mais gravosa num universo de muito insuficiente capacitação de quem está no terreno a operar na governação multinível.

Depois, o tecido institucional que opera na Região não pode ignorar uma dualidade importante que atravessa o território da Região: há territórios com muito baixa capacidade de iniciativa (em parte correlacionada com a questão demográfica, mas não só) e territórios em que essa capacidade de iniciativa brota e em que o desafio principal é a coordenação para colmatar sobreposições e a inevitável destruição de recursos.

**A não ser colmatado, este constrangimento terá sérios efeitos penalizadores na eficácia da programação 2030** e enfraquece, em vez de facilitar, uma Região que pugna

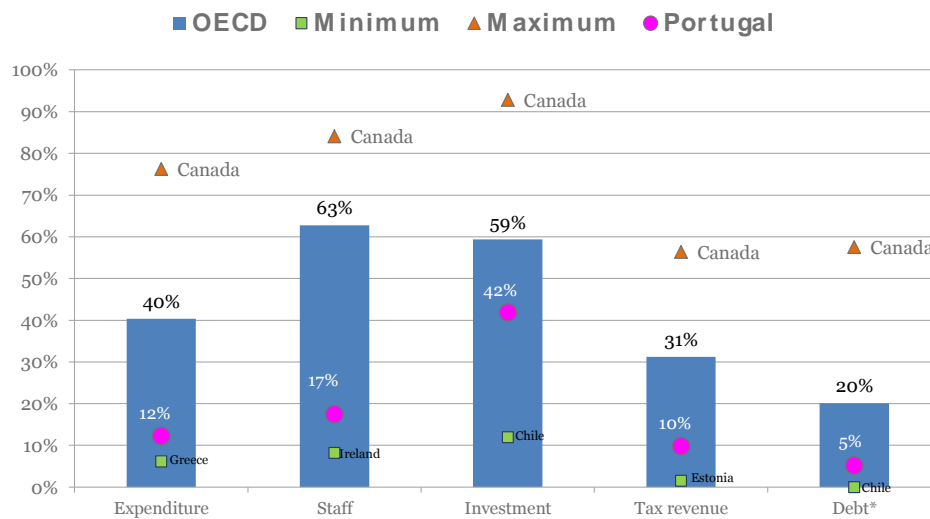
---

<sup>9</sup> Diversas análises estão disponíveis sobre esta matéria, sendo de destacar as desenvolvidas pela OCDE e o modo como elas refletem, de modo substantivo e comparativo, diferentes aspetos associados a esta problemática (cfr. figura 2).

por uma melhoria do enquadramento institucional da programação com incidência no seu território.

**Gráfico 10 - Peso das administrações de nível sub-nacional nas atividades do setor público em países da OCDE, 2015**

*% of general government - 2015*



Fonte: OCDE

### 3. Os ativos específicos a valorizar e escalar

#### 3.1. O sistema regional de inovação do Cávado-Ave e da AMP

Em algumas análises centradas nas dinâmicas de inovação e desenvolvimento tecnológico que, na sequência essencialmente dos apoios QREN, se vão consolidando na Região<sup>10</sup>, é feita referência ao Sistema Regional de Inovação Norte. **Enquanto ativo específico a organizar, não estaremos ainda perante um sistema regional, efetivamente estruturado como tal**, com unidade e modelo de governança próprios e plenamente assumido e internalizado pelo sistema de atores que nele evolui. O que é já visível, e os apoios FEEI têm sido cruciais para o tornar possível, é a presença de dois ecossistemas de inovação, organizados em torno das NUTS III Ave e Cávado e da AMP<sup>11</sup>. A estes ecossistemas não é obviamente indiferente a presença, respetivamente da Universidade do Minho (e Instituto Politécnico do Cávado) no Ave-Cávado e da Universidade do Porto (e Instituto Politécnico do Porto) na AMP e dos processos de interface e de transferência de conhecimento para as empresas em maturação nesses territórios e contextos institucionais. O esforço tecnológico, medido pelo peso da I&D empresarial e da I&D total no PIB, é já muito significativo. Mais na AMP (INESCTEC, I3S, INEGI, CIIMAR, CIBIO e outros) mas também no Ave-Cávado (INL, CENTI, CITEVE), **têm emergido nestes ecossistemas potentes interfaces cuja estratégia e dinâmica próprias se destacam já hoje das respetivas origens universitárias**, acelerando a transferência de conhecimento através de culturas de mérito internas que estão para além da rigidez que a Universidade ainda apresenta nessa matéria.

**O ambiente de inovação que se tem desenvolvido nestes ecossistemas é concretizado em ambiente de economia aberta com forte presença de PME exportadoras, numa combinação virtuosa inovação-internacionalização.** O conhecimento que aqui tem sido desenvolvido é de dois tipos, mais analítico e que evolui dos centros de investigação em translação para as empresas e sintético, desenvolvido a partir de práticas empresariais de resolução de problemas e de inovação em economia aberta, que se articulam posteriormente com desenvolvimento a nível de investigação científica e tecnológica. Em Braga e no Porto, estes ecossistemas articulam-se ainda com modelos institucionais, de âmbito municipal, de atração de investimento e de promoção do empreendedorismo de base tecnológica que têm sido responsáveis pela atração de investimento direto estrangeiro estruturante relevante<sup>12</sup>, crucial para o robustecimento destes sistemas. A dinâmica de inovação aqui observada é de dois tipos: aponta para oportunidades de progressão na cadeia de valor da especialização mais tradicional (modernização do têxtil e calçado, por exemplo) e abre caminho a emergências muito promissoras

---

<sup>10</sup> Com especial referência aos estudos que a equipa liderada por Félix Ribeiro tem realizado para a Fundação Calouste Gulbenkian, os quais têm também recorrido a informação disponibilizada pelos serviços da CCDR-N (OADR, Pedro Mória).

<sup>11</sup> A este respeito, note-se que o “Regional Innovation Scoreboard 2019” classificou a Região do Norte como uma “região inovadora forte menos”, o que ocorre pela primeira vez, visto que em edições anteriores do referido índice a Região era considerada “inovadora moderada”.

<sup>12</sup> O projeto BOSCH é talvez a estrela mais reconhecida deste tipo de atração de investimento.

(biotecnologia, saúde e qualidade de vida, robótica marinha, automação e indústria automóvel, entre outros).

A evolução sustentada destes ecossistemas de inovação para um sistema regional de inovação Norte exige futuramente a sustentação de complementaridades com os ativos de conhecimento e da sua transferência existentes no Alto Minho (Instituto Politécnico de Viana do Castelo), Douro (UTAD) e Terras de Trás-os-Montes (Instituto Politécnico de Bragança). **Uma outra dinâmica de evolução, não assente na estruturação de complementaridades, condenará irremediavelmente as emergências a uma não sustentação, destruindo recursos**<sup>13</sup>.

Gráfico 11 – Despesa em I&D (2017)



### 3.2. Os recursos empresariais, territoriais, culturais e institucionais para a internacionalização da Região

A base de recursos para a internacionalização constitui em si própria um ativo específico relevante a valorizar e escalar no desenvolvimento futuro da região.

Esta base de recursos tem duas importantes características com elevado potencial de capitalização em termos de políticas públicas:

- Ela não se circunscreve aos territórios mais densos e com maior concentração de recursos humanos e de investimento; manifesta-se também nos seus territórios menos densos e de menor grau de desenvolvimento, de que Bragança e o Douro são exemplos com forte relevo e diferenciação;

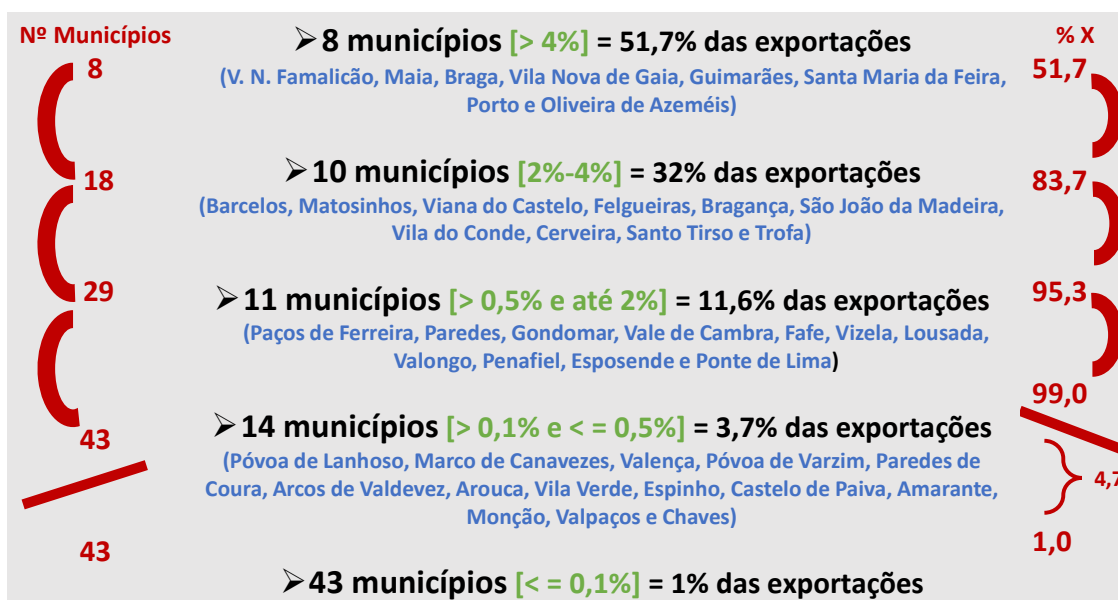
<sup>13</sup> Nos tempos mais recentes, podem ser referenciados projetos que apontam para a perceção de que o caminho das estratégias colaborativas é a orientação certa (CVTTs: Aquavalor em Chaves – Alto Tâmega e TECH MEAT Indústria das Carnes em Vila Nova de Famalicão; alguns projetos de Laboratórios Colaborativos; Centro de Excelência para o Vinho e Vinha no Regia Park de Vila Real).

- Não se trata apenas de um potencial de internacionalização assente na dimensão económica; essa é indiscutível a partir da longa experiência de inserção em mercados externos de muitas das empresas da região, reforçada com alguns projetos exemplares de IDE estruturante; mas a base territorial, cultural e institucional da região está ela própria orientada para formas próprias de internacionalização, seja pela via da cooperação inter-regional e transfronteiriça, pela cada vez mais relevante participação em redes e projetos internacionais, pela referência como destino turístico ou de procura de educação superior e avançada ou ainda por projetos autónomos de afirmação internacional (Serralves, por exemplo).

**Quanto mais diversificados os recursos de internacionalização e complexas as geoestratégias variáveis em que se afirmam, mais desafiante é a governação de toda essa energia e multiplicidade.**

Mas o que importa sublinhar é que existem fortes ativos para valorizar uma postura e uma imagem de internacionalização mais além da que é simplesmente baseada na atratividade turística e das remunerações. **É importante que a internacionalização seja um desafio transversal** que estimule a região como um todo e que a programação 2030 o possa refletir nos apoios que pode oferecer.

**Figura 2 - O setor exportador e o território (2018)**





### **3.3. Territórios emergentes e recursos empresariais, de conhecimento, tecnologia e de *clusterização* para a mudança estrutural da especialização produtiva**

**A equação competitividade-coesão territorial tem uma resolução substancialmente melhorada quando nas regiões se observa um padrão sustentado de alargamento da base territorial de competitividade.** Ou seja, quando novos territórios aportam aos recursos da competitividade novos ativos a valorizar economicamente.

**A Região do Norte tem sido palco de alguns exemplos de alargamento dessa base territorial de competitividade.** Numa primeira fase, essencialmente por via da disseminação territorial dos sistemas de incentivos às empresas para territórios com majoração de apoios, as “periferias” imediatas dos territórios de maior concentração de recursos no litoral ganharam proeminência enquanto lugar de investimento e origem de exportações. Numa segunda fase, por força essencialmente do investimento transfronteiriço, esse movimento foi reforçado. **Espera-se que, numa fase mais sustentada, esse alargamento territorial possa corresponder à valorização económica de ativos específicos de outros territórios<sup>14</sup> e não apenas da extensão de dinâmicas de investimento iniciadas no litoral.**

A sub-região do Alto Minho é um caso sugestivo de alargamento da base territorial da competitividade regional com base naqueles dois processos anteriormente referidos. Paredes de Coura, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima são manifestações do primeiro processo e Valença e Vila Nova de Cerveira representam bem a incidência do segundo. Apoiado nessas duas alavancas iniciais e nunca ignorando alguma vulnerabilidade que pode resultar do peso do investimento estrangeiro espanhol, **estima-se que o Alto Minho possa consolidar um modelo sustentado de alargamento da base territorial de competitividade da Região.**

A sub-região tem revelado na última década sinais de consolidação de uma posição relativamente equilibrada no conjunto das três dimensões (competitividade, coesão, ambiente) do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional publicado pelo INE:

---

<sup>14</sup> Esta matéria tem, obviamente, um largo cruzamento com as desafiantes questões do ordenamento do território e, nesse quadro, da recente revisão de um PNPOT com mais de uma década. Por um lado, porque o PNPOT deverá de algum modo ser uma estratégia territorial inspiradora de todas as políticas, numa virtuosa procura de convergência; sendo que, se essa procura de convergência for conduzida num quadro ou referencial suficientemente aberto nos seus contornos regionais, tal permitirá às estratégias regionais e sub-regionais enriquecer as opções nacionais, territorializando-as – daí a necessidade de uma especial atenção ao trabalho do quadro institucional para as mediações territoriais necessárias, em função dos territórios pertinentes para cada uma das políticas públicas e de uma articulação do envolvimento da CCDR-N com o da emergente organização intermunicipal (CIM's e AMP). Por outro lado, também porque será uma evidência afirmar-se que existem hoje melhores condições para falar em alargamento da base territorial da competitividade e, mesmo que isso não signifique que todo o território menos denso pode aspirar à desconcentração de investimento, tal aponta para a desejável possibilidade de se trazerem para a exportação novos territórios de competitividade, alargando a mobilização de recursos e atraindo novos residentes via investimento e emprego.

- Tem revelado nos domínios da energia e da indústria automóvel uma emergência competitiva que não pode ser ignorada, tirando partido entre outros elementos da proximidade transfronteiriça à Galiza;
- As disparidades de desenvolvimento intermunicipal estão relativamente contidas e a proximidade entre as massas urbanas mais litorais e a excelência rural e ambiental de proximidade constituem um fator diferenciador;
- A qualidade ambiental do território é reconhecida e não é tolhida por passivos ambientais com significado.

Do ponto de vista dos equilíbrios territoriais intra-Região do Norte, a consolidação destes sinais no Alto Minho pode ser entendida como uma novidade num padrão relativamente estável. A sub-região parece estar a responder à questão enunciada em alguns dos seus primeiros documentos de planeamento estratégico, segundo a qual o território buscaria uma base produtiva compatível com a sua qualidade ambiental.

A questão demográfica que atinge alguns dos seus concelhos mais interiores como Melgaço, por exemplo, constitui um condicionante a ter em conta, com reflexos no seu produto potencial e na dinamização do seu sistema urbano.

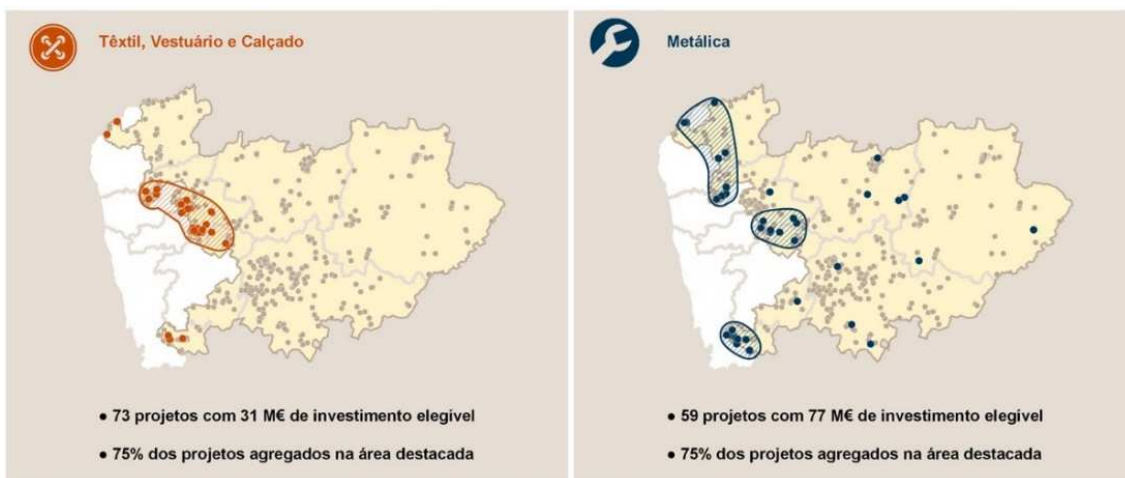
A economia do vinho e do seu *terroir* Alvarinho em Monção-Melgaço, agora que parecem minimizadas as questões suscitadas pela autorização legal para apresentar o Alvarinho como denominação Vinho Verde (ressalvada que foi também a exclusividade de denominação sub-regional para Monção-Melgaço), tem confirmado a sua plena integração com os equilíbrios do modelo de desenvolvimento entre competitividade, coesão e valorização ambiental.

A nível mais pontual podem também ser valorizadas iniciativas locais de valorização de recursos endógenos, como o são, por exemplo, as concretizadas em torno do potencial patrimonial e cultural do Douro Sul (projetos de valorização cultural de alguns mosteiros), a reabilitação do azeite como produto endógeno de excelência sobretudo na Terra Quente e uma multiplicidade de iniciativas de enoturismo, não apenas nos *terroirs* de maior notoriedade.

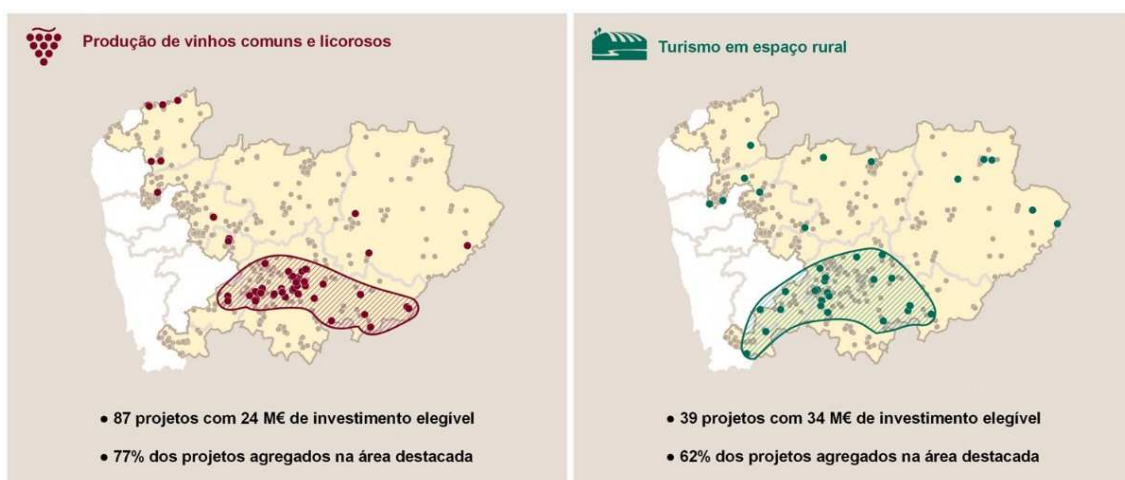
**O que importa realçar é o alcance estratégico de inscrever os exemplos de alargamento da base territorial de competitividade da região numa dinâmica mais ampla de transformação estrutural do seu perfil de especialização.**

Figura 3 - Índícios de especialização em territórios de baixa densidade<sup>15</sup>

### Índícios de especialização em territórios de continuidade



### Índícios de especialização associada ao Douro



### Índícios de especialização em territórios fronteiriços



<sup>15</sup> Cfr. CCDR-N, 2018, “Apoios atribuídos no âmbito do QREN e do Portugal 2020 (2007-2017): incentivos às empresas em concelhos de baixa densidade do Norte”, Norte UE - Programas Nacionais e Regionais, nº2.

Neste âmbito, a região tem sido espaço de operação, não exclusivo mas relevante, de alguns *clusters* que, apesar da desvalorização e intermitência desta modalidade de práticas colaborativas como instrumento de política pública de inovação, continuaram a aprofundar a sua ação, seja em termos de participação em redes e projetos internacionais, seja na própria implementação da estratégia regional de especialização inteligente definida para o Norte.

É o caso do PRODUTECH (tecnologias de produção) com reflexos na entrada da Região em nichos especializados de equipamentos especializados, do *cluster* agroalimentar (Agrofood, cuja sede se situa no TECH MAIA), do Health Cluster, do *cluster* da mobilidade e do *cluster* do Mar. Num contexto em que a governação do sistema regional de inovação Norte está ainda em construção e sem soluções institucionais que se afigurem um substituto próximo de uma Agência Regional de Inovação, capaz de articular estrategicamente os seus ecossistemas de inovação mais proeminentes, a resiliência dos *clusters* é crucial para manter e desenvolver quadros colaborativos regulares entre investigação científica e tecnológica, o investimento de inovação empresarial, a formação intermédia, superior e profissional e os serviços tecnológicos às empresas.

Para além disso, **a grande maioria destes *clusters* veicula relevantes oportunidades de mudança estrutural da especialização produtiva da região**, modernizando empresas incumbentes já com tradição de presença em mercados externos e abrindo caminho a empresas emergentes enquadrando os *start-up's* de base tecnológica.

Em sinal contrário, conviria analisar as razões para o inêxito do *cluster* das indústrias criativas, hoje praticamente inexistente e atomizado entre as iniciativas no âmbito da moda, da arquitetura e do design, sem coordenação de protagonismos.

Assim, **a revisitação da estratégia regional de especialização inteligente para a Região do Norte deve aprofundar os seus laços de conexão com os principais *clusters* que operam na região**, assegurando também por essa via a melhor articulação entre a programação regional e nacional 2030 e a participação em redes internacionais com financiamento comunitário direto e competitivo.

Nesta matéria, não pode ser ignorado o potencial associado à agora integração na AMP do tecido empresarial localizado nos territórios de Terras de Santa Maria, cuja cultura de empreendedorismo e de inovação tecnológica tenderá a interagir com o sistema regional de inovação da AMP<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Sem prejuízo das argumentações que tendem a relevar o carácter discutível dos ganhos associados àquela integração, designadamente em termos de foco estratégico próprio.

### 3.4. Os sinais de inovação na transformação do espaço rural

**Também na Região do Norte se observou a transformação do espaço rural exemplarmente caracterizada por Fernando Oliveira Batista<sup>17</sup>**, segundo a qual aquele espaço se segmenta em quatro realidades distintas, antes plenamente integradas, e agora com dinâmicas de evolução independentes entre si: (i) população em territórios de muito baixa densidade; (ii) agricultura; (iii) floresta; (iv) áreas incultas. O espaço rural homogeneizado pela agricultura tradicional já não existe. A baixa densidade veio para ficar durante algumas gerações, sendo necessário valorizar e escalar o que de inovador e criativo aí emerge. A floresta tem de ser equacionada neste novo conceito em que a sua valorização tem de ser encontrada através do papel que as políticas públicas devem assumir na compatibilização do valor social da mesma com as opções dos proprietários florestais. Os incultos e a monitorização da sua extensão passam a exigir intervenções próprias e atentas à transformação da paisagem que daí ocorre.

**É neste contexto de transformação do espaço rural subjacente a esta perspetiva que devem ser encontrados os sinais a valorizar.**

A agricultura organizada em termos capitalistas, regra geral sem vinculação ao território, é cada vez mais uma forma de atividade económica empresarial como outra qualquer tratada e assim deve ser considerada. Existem sinais de que o jovem empreendedorismo agrícola pode trazer a alguns territórios da região exemplos relevantes dessa nova agricultura. Na floresta, são essencialmente as experiências associativas que devem ser valorizadas, enquanto forma possível de melhor articular políticas públicas e lógicas de cálculo económico dos proprietários florestais. Na gestão dos incultos e da transformação da paisagem a eles associada, abre-se caminho à incorporação de novo conhecimento sobre a matéria, com atenção a possíveis resíduos civilizacionais que tais áreas possam ocultar e a avaliação de possíveis alternativas de uso e fruição. **A transformação e valorização dos espaços de baixa densidade, com as suas múltiplas fontes de rendimento, procuras externas e instrumentos de política pública, onde não deve ser ignorado o papel das soluções de economia circular, representa provavelmente o segmento da irreversível transformação do espaço rural que mais e melhores boas práticas tem suscitado na região.** O critério mais relevante continua a ser o de maximizar os efeitos sobre a população que resilientemente continua a residir nesses territórios e em termos de atração de população jovem qualificada.

Importa também valorizar alguns sinais promissores de reocupação do território em termos agrícolas, essencialmente centrados nas dinâmicas da vinha, da azeitona e da amêndoa, com especial incidência no Douro e em Terras de Trás-os-Montes.

A mitigação do fenómeno das alterações climáticas nas áreas interiores da região deve integrar a valorização aqui pretendida, mobilizando os centros de recursos de

---

<sup>17</sup> Fernando Oliveira Baptista (2018). "Rural e floresta: caminhos por definir", in Orlando Simões (2018). *O Rural depois do fogo*. Coimbra: Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Coimbra (ESACIIPC). E também outros investigadores como Américo Mendes, Elizabete Figueiredo, Francisco Cordovil e Joaquim Rolo.

conhecimento existentes na região sobre a matéria, seja na UTAD, seja no Instituto Politécnico de Bragança.

### **3.5. A excelência dos *terroirs*<sup>18</sup> na economia do vinho**

A economia do vinho, particularmente das suas variantes Verde, Alvarinho e Douro, na sua perspetiva de setor de atividade constitui em si própria um ativo específico da região com ampla margem de valorização, sobretudo se a região for capaz de nela gerar um centro de recursos de conhecimento de excelência de âmbito nacional.

Mas do ponto de vista territorial o vinho alimenta ainda *terroirs* de grande valia, com principal relevo para o do Douro, mas que pode ser estendido ao *terroir* do Alvarinho, Monção-Melgaço. A organização, estruturação territorial e capacitação profissional e institucional destes *terroirs* está longe de estar consumada, apesar do contributo que algumas experiências de enoturismo têm vindo a acrescentar à massa de recursos de base para proceder a tal organização.

**A organização, valorização e capacitação dos *terroirs* da região representa uma grande oportunidade de fixação de serviços e competências em territórios que têm revelado dificuldades na concretização desse mesmo objetivo.** Representa ainda uma boa prática de valorização integrada de recursos turísticos, seja para consolidar a relevância do Douro como destino turístico, seja ainda para alargar a toda a região a disseminação de efeitos gerados pela plataforma de acolhimento Porto/AMP.

Para além disso, constituem realizações que beneficiarão a inimitabilidade diferenciadora dos vinhos da região, no sentido de que não se vende apenas um vinho enologicamente irrepreensível, mas também um território “único” que se consome simultaneamente com aquele produto e com o qual o consumidor se identifica.

É também importante sinalizar como dinâmica promissora a atenção que o tema das alterações climáticas está a gerar no *terroir* Douro do ponto de vista das suas implicações na Região e no seu modelo de diferenciação, para a qual existe na Região conhecimento relevante para tornar conseqüente essa preocupação, não esquecendo o interesse que alguns *players* relevantes da economia do vinho na Região estão a dedicar a esta matéria, associando-se a iniciativas de carácter mundial.

### **3.6. A valorização necessária dos ainda existentes recursos de juventude**

**A Região do Norte partilha já processos de transição demográfica em curso no país e na Europa** que apontam para: (i) contextos em que a energia do rejuvenescimento passa por influxos de população jovem que é necessário atrair do exterior (por exemplo

---

<sup>18</sup> O termo “*terroir*”, de origem francesa, é de difícil tradução. Sublinha-se, no entanto, que se refere a localizações específicas associadas a determinadas produções e a uma convergência de fatores geográficos, topográficos, geológicos, climáticos e microclimáticos, culturais, históricos e de intervenção humana concentrados nas referidas localizações.

através do nosso potencial e excelência de formação superior e avançada); (ii) a necessidade de combinar estratégias de desenvolvimento económico e atração de jovens; (iii) formas mais apuradas de organização social focadas na evidência de que um terço da vida de muitos indivíduos passa pelo que se convencionou designar de envelhecimento.

**Apesar dessa transição, o Norte apresenta ainda bolsas de juventude em alguns municípios**, seja do Tâmega e Sousa (Lousada e Paços de Ferreira, por exemplo), seja da coroa metropolitana na nova configuração da AMP (Paredes), medidas pelo peso ainda superior dos indivíduos com menos de 14 anos relativamente ao dos com mais de 65 anos. Essas bolsas podem ser estendidas a municípios que, embora não cumpram já aquele critério, ainda apresentam massas relevantes de população jovem.

**Este potencial de juventude ainda presente na região constitui no contexto regional e nacional um ativo a valorizar**, canalizando para essa população jovem um conjunto integrado de políticas públicas de promoção de qualificações intermédias, superiores e avançadas, de integração na vida ativa e empregabilidade, de capacitação para a animação socioeconómica de territórios, de promoção do empreendedorismo e de novas lideranças.

### **3.7. O Norte como centro de atração de serviços intensivos em conhecimento**

No âmbito da atração de investimento direto estrangeiro (IDE) estruturante à região, essencial para acelerar os processos de desenvolvimento tecnológico em curso principalmente nos ecossistemas de inovação do Ave-Cávado e da AMP, a atração de serviços intensivos em conhecimento constitui uma prioridade. **Esse tipo de serviços a atrair apresenta um elevado potencial de valorização de conhecimento científico e tecnológico existente na região.**

**A atração de investimento para serviços intensivos em conhecimento na área das Tecnologias de Informação e Comunicação e dos sistemas de informação corresponde a uma dessas potencialidades** e atividades emergentes no Ave-Cávado e na AMP sugerem que se trata de uma via promissora a explorar. Numa primeira fase, essa atração poderá gerar alguma tensão nos empregos existentes, gerando algum efeito de rapina no emprego já instalado, mas, à medida que essa tendência se consolide, ela vai repercutir-se na oferta adicional de recursos humanos avançados, atenuando a tensão inicial. Até poderá gerar condições de atração de talentos a partir do exterior, o que seria um excelente indicador de que a especialização estaria a acontecer.

É também neste âmbito que se entende a constituição de um **centro de serviços intensivos em conhecimento de apoio à economia do Mar em offshore** como uma orientação de grande impacto potencial no impulso da economia do mar na região. A ideia não é totalmente nova. Ela já tem circulado sobretudo no âmbito das atividades do *cluster* do mar, mas dado representar uma especialização de rotura tem tido alguma

dificuldade em ser percebida como oportunidade por parte dos agentes mais representativos da região neste domínio. A possibilidade de reunião de uma *pool* de recursos de conhecimento de suporte a centros de ensaios e de testes a partir das existências das plataformas *offshore* da Aguçadoura e de Viana do Castelo, com a recuperação do cabo de ligação a terra deve ser considerada, até porque é potencialmente articulável com uma rede de centros de ensaio ao longo da costa portuguesa e mantém com a investigação científica na área do ambiente uma articulação natural. Estamos perante uma aposta do tipo “*wild card*” na promoção da transformação estrutural da especialização produtiva da região, neste caso baseado em recursos existentes na região aos quais os mecanismos de identificação e promoção de oportunidades de investimento não dedicaram ainda a devida atenção.

### **3.8. Os recursos do turismo para uma valorização integrada do território**

A plataforma de disseminação de fluxos turísticos externos que o aeroporto de Sá Carneiro e o Porto/AMP representam tem criado condições de procura para uma **estratégia de afirmação turística da região que valorize uma massa alargada de recursos e ativos** que vão muito para além dos pontos de entrada e das suas referências mais icónicas.

**A progressiva consolidação de uma estratégia de desenvolvimento turístico que dê amplo sentido à ideia de Porto/Norte de Portugal**, para além de representar a possibilidade de concretizar novas modalidades de equilíbrio entre objetivos de competitividade e coesão territorial, tem um papel relevante a desempenhar no robustecimento da oferta turística. Tem além disso uma função também importante de moderação dos aumentos de preços relativos de serviços que uma concentração excessiva da procura em pontos de entrada implicará para a região.

A consolidação do projeto Porto /Norte de Portugal é tanto mais necessário quanto mais a plataforma giratória do Porto/AMP acolhe hoje uma massa mais relevante de procura turística com potencial de disseminação por toda a Região, com plena integração de dinâmicas novas que estão a afirmar-se como as do enoturismo e do turismo natureza, por exemplo.

**É ainda necessário fortalecer a progressão da região em termos de formação profissional, de capacidade de gestão dos diferentes suportes do compósito turístico da região e sobretudo combater a atomização de processos de comunicação e marketing.** Impõe-se ainda um grande esforço interpretativo e de ordenamento territorial extensivo a todos os ativos específicos da região.

A fileira cultura-turismo-património está longe ainda de ter na região o pleno desenvolvimento que a base existente de recursos e o conhecimento para os valorizar justificaria. Porém, a existência de projetos que são referenciais de boas práticas nesta matéria, constitui um elemento de orientação estratégica no plano interno que não pode ser desperdiçado.



### **3.9. O potencial geoestratégico da região: simultaneamente atlântico e continental**

A história da cooperação da Região do Norte com a Galiza, praticamente organizada a partir da integração europeia dos dois países vizinhos, e alguma evolução (embora com uma forte intermitência) no relacionamento com Castela e Leão mostram que existem na Região do Norte forças que percebem a importância desta localização. Se, no caso do relacionamento com Castela e Leão, a intermitência e a não consolidação dos avanços é a tônica predominante, no caso da relação com a Galiza, esses avanços, recuos e até intermitências não têm impedido realizações muito significativas no plano comparativo das relações transfronteiriças europeias. A existência de um Plano de Investimentos Conjuntos Galiza-Norte de Portugal, a sua forte representação no POCTEP 2014-2020 e a elaboração pioneira de uma RIS 3 transfronteiriça Galiza-Norte de Portugal são marcos mais recentes que estão ao nível do carácter pioneiro que a constituição da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal e o posterior AECT representaram no passado. Seria relevante atribuir à dinâmica de relacionamento com Castela e Leão intensidade similar à que tem sido dedicada ao relacionamento com a Galiza, envolvendo designadamente as NUTS III de TTM e do Douro nesse processo.

**Este é um domínio em que os constrangimentos institucionais são simultaneamente marcantes e penalizadores.** O reflexo dessa debilidade projeta-se em constrangimentos orçamentais para desenvolver uma política mais agressiva e abrangente de cooperação. Por esse motivo, **este potencial geoestratégico não está a ser devidamente aproveitado, seja no plano dos seus benefícios para a região, seja ainda para uma territorialmente mais inclusiva política de internacionalização** (valorizadora de mais ativos territoriais do que a presentemente assumida), cujo alcance deveria mais reconhecido a nível nacional.

É nesta perspetiva que a cooperação transfronteiriça deve ascender a um plano mais estratégico e dotado de maior concentração temática (por oposição a iniciativas pouco estruturadas, largamente assentes em dimensões de voluntarismo e proximidade), envolvendo não apenas o relacionamento com a Galiza mas também com Castela e Leão, até para potenciar um mais claro posicionamento da Região em relação ao tema das macrorregiões europeias.

É ainda fundamental que as estratégias de cooperação conduzidas pela CCDR-N contribuam para um **alinhamento mais pronunciado de instituições e agentes da região com as prioridades de internacionalização**. Entre outros domínios, há um universo de redes e cofinanciamentos comunitários diretos e competitivos para os quais a região precisa de capacitar os seus principais agentes. Os mundos da cooperação são domínios de oportunidade para o fazer, primeiro com apoios públicos, depois com estratégias próprias de captação de recursos.

O potencial geoestratégico da Região surge ainda substancialmente reforçado se se atender à natureza do seu sistema urbano, o qual apresenta um sistema de cidades médias que importa valorizar do ponto de vista do potencial de descarbonização que lhe está associado, de promoção de novos modelos de qualidade de vida com mais baixa aglomeração e da resiliência de oferta cultural que algumas dessas cidades têm apresentado.

### **3.10. Um potencial de infraestruturas de apoio à incubação de projetos ao qual deve corresponder uma mais legível e capaz oferta de recursos de conhecimento e conselho de suporte**

A Região do Norte não ficou naturalmente à margem do incremento e disseminação pelo território de infraestruturas de suporte à incubação de projetos. Tal como o observado noutras regiões, os agentes e instituições responderam a incentivos de instrumentos de política e a uma certa banalização das questões do empreendedorismo.

O panorama resultante tem hoje legibilidade não imediata, pois abrange realidades muito diversas do ponto de vista da sua maturidade organizativa. **Uma das consequências desta desestruturação é a rede de infraestruturas de incubação dificilmente se ajustar aos diferentes momentos do ciclo de vida dos projetos (*start-up's*)** que toda esta dinâmica acabou por criar e haver certamente demasiadas unidades para determinados tipos de empreendedorismo e provavelmente ausência de unidades para fórmulas mais avançadas (aceleradores e demonstradores tecnológicos, por exemplo).

Assim, **não é tempo de criação e lançamento de novas incubadoras. É tempo de racionalização da oferta existente e da sua capacitação.** Nada disto é possível sem uma clarificação rigorosa dos centros de recursos à disposição de cada unidade de suporte e sem uma devida hierarquização de quem faz o quê neste universo, adaptando posteriormente os instrumentos de política de promoção do empreendedorismo em conformidade. **E não pode ser ignorado que existe uma estratégia regional de especialização inteligente que, para ser consequente em termos de Espaços de Descoberta Empreendedora, tem de envolver o empreendedorismo de base tecnológica** (qualificado e criativo como é designado no Portugal 2020) nessas prioridades. Só assim a relação entre empresas incumbentes e emergentes será equilibrada do ponto de vista do alcance da RIS 3.

## 4. Linhas de intervenção a desenvolver e explorar

Este capítulo está longe de constituir uma espécie de *draft* do futuro Programa Operacional Regional. Não é o objetivo da sua formulação, o qual seguirá obviamente a tramitação que vier a ser definida a nível nacional. Tomando por referência o novo quadro de objetivos políticos comuns da programação europeia, que encurta para cinco o conjunto de 11 objetivos que orientaram a programação 2014-2020 e tendo em conta que as opções a nível nacional ainda não apresentam um grau de elaboração suficientemente orientador, apresentam-se de seguida algumas linhas coerentes de intervenção.

A partir do enunciado dos constrangimentos estruturais (capítulo 2) e dos ativos específicos (capítulo 3) que enquadram o futuro da região, é possível intuir que aquele conjunto de elementos suscita intervenções que se orientam para a erradicação de constrangimentos estruturais (por exemplo incidindo na promoção de qualificações), para a valorização de ativos específicos (por exemplo consolidando *clusters* com incidência na região e potencial de transformação estrutural da especialização produtiva) e para a atuação combinada em constrangimentos estruturais e ativos específicos (por exemplo, capacitando modelos de governação multinível em diferentes áreas de diferenciação da Região<sup>19</sup>).

Estes três grupos possíveis de intervenções distribuem-se de seguida, e indicativamente, pelos 5 objetivos políticos comuns da programação.

### 4.1. Objetivo comum 1 - Uma Europa mais inteligente, através da inovação, digitalização, transformação económica e apoio às PME

Enquadráveis neste objetivo temático, emergem as seguintes linhas prioritárias de intervenção:

- 1.1. Revisão das opções estratégicas da RIS 3 Norte, focando transformações estruturais que possam ser aceleradas e reavaliando recursos no âmbito do *cluster* da energia, através designadamente de uma nova geração de programas mobilizadores
- 1.2. Consolidação do SRI Norte com projetos e ações que clarifiquem e articulem complementaridades entre os ecossistemas de inovação da AMP e do Cávado-Ave e os ativos centrados no Alto Minho (IP Viana do Castelo), Vila Real (UTAD) e Bragança (IP de Bragança)
- 1.3. Promoção de centros de recursos de atração de serviços intensivos em conhecimento com IDE associado (TIC, Gestão de recursos marinhos e plataformas offshore, energias renováveis)

---

<sup>19</sup> O aprofundamento deste exercício deverá ter ainda em conta a existência de referenciais relevantes como, por exemplo, as propostas de investimentos prioritários que a Comissão Europeia tem vindo a fazer para Portugal relativamente ao pós-2020 ou os referenciais estratégicos vigentes em Portugal que abrangem o pós-2020.

- 1.4. Reorganização da oferta de serviços de apoio à incubação de projetos de base tecnológica com reavaliação de missões de entidades existentes, em articulação com as prioridades da RIS 3 Norte e promovendo especializações por fases de desenvolvimento do ciclo de vida de *start-up's* que permitam uma melhor articulação com instrumentos financeiros especializados
- 1.5. Apoio a processos de capacitação de infraestruturas de incubação em termos de robustecimento e especialização de centros de recursos e de conhecimento de suporte das incubadoras e aceleradoras
- 1.6. Reorganização da oferta de serviços de incubação de projetos de valorização de recursos endógenos em territórios de baixa densidade
- 1.7. Promoção de projetos estruturantes de produção de conhecimento com relevância enquanto bem público para a base produtiva dos territórios menos desenvolvidos e com menor concentração de indústrias exportadoras da região: energia e agropecuária (Viana do Castelo – IP Viana do Castelo); água (Chaves); economia do vinho, floresta e mudanças climáticas (Vila Real – UTAD); ambiente, montanha, paisagem e recursos endógenos (Bragança – IP Bragança – Centro de Investigação da Montanha)
- 1.8. Formação e capacitação de novas competências para a transformação digital das empresas e das organizações (qualificações intermédias e superiores e formação de ativos empregados, modelos de gestão)
- 1.9. Programa piloto de estímulo à participação de instituições da região em redes e projetos de cooperação a nível europeu com financiamento comunitário direto e competitivo
- 1.10. Apoio à criação e implementação de modelos de negócio inovadores para a promoção integrada de acolhimento empresarial e atração de investimento
- 1.11. Promoção de uma iniciativa de valorização das redes de cidades e territórios inteligentes, procurando potenciar um modelo de focagem e escala das apostas e visando combater a dispersão, atomização e insustentabilidade das iniciativas existentes.

#### **4.2. Objetivo comum 2 - Uma Europa mais Verde, descarbonizada, implementando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, renováveis e combate às mudanças climáticas**

Enquadráveis neste objetivo temático, emergem as seguintes linhas prioritárias de intervenção

- 2.1. Operacionalização da Agenda Regional para a disseminação de práticas de economia circular na região com explicitação de oportunidades de intervenção para: (i) sistema científico e tecnológico; (ii) municípios e CIM; (iii) empresas e associações empresariais; (iv) Simbioses industriais decorrentes de áreas de concentração empresarial; (v) entidades do sistema educativo; (vi) grandes operadores de fornecimento de bens públicos; (vii) organizações cívicas e ONG

- 2.2. Valorização de estratégias urbanas (cidades) circulares
- 2.3. Ações de descarbonização e eficiência energética para o sistema logístico e portuário da Região
- 2.4. Combate às incidências das alterações climáticas na região com duas dimensões relevantes: os riscos costeiros, os riscos nos territórios rurais e as implicações em termos de atividades económicas com relevância para a especialização produtiva da Região e a preservação/valorização da biodiversidade dos territórios
- 2.5. Ações de valorização do perfil de especialização da região nas energias renováveis e verdes
- 2.6. Ações de valorização em termos ambientais e de ordenamento de áreas relevantes do ponto de vista da fixação de carbono
- 2.7. Apoio à implementação de soluções de logística urbana sustentável
- 2.8. Apoio à conceção e implementação de sistemas de monitorização ambiental de acesso público em áreas protegidas e de conservação da natureza
- 2.9. Apoio à promoção de projetos demonstradores de valorização de serviços de ecossistemas em áreas ambientalmente sensíveis do território da Região.

### **4.3. Objetivo comum 3 - Uma Europa mais conectada com redes estratégicas de transportes e digitais**

Enquadráveis neste objetivo temático, emergem as seguintes linhas prioritárias de intervenção:

- 3.1. Modernização integral da linha ferroviária do Douro em moldes compatíveis com a excelência da região que serve e da procura turística que a utiliza
- 3.2. Ações de valorização e completamento da infraestrutura navegável do Douro e do seu sistema de segurança na navegação
- 3.3. Conclusão do projeto de modernização da ligação ferroviária Porto-Vigo e da sua plena articulação com a ligação em Portugal Porto-Lisboa e na Galiza com a ligação em TGV Vigo-Madrid
- 3.4. Operacionalização da estratégia de articulação ferroviária europeia dos portos de Leixões e de Viana do Castelo e clarificação dos investimentos estruturantes necessários no quadro das opções nacionais do Corredor Atlântico
- 3.5. Programa limitado de acessibilidades rodoviárias tendente a resolver carências graves de articulação de territórios da região com as acessibilidades às redes europeias e que apresentem potencial de exportação e de articulação entre concelhos onde a não conexão seja lesiva das condições de competitividade e coesão de territórios.

#### **4.4. Objetivo comum 4 - Uma Europa Mais Social, investindo no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando a qualidade do emprego, a educação, as competências, a inclusão social e o acesso equitativo aos cuidados de saúde**

Enquadráveis neste objetivo temático, emergem as seguintes linhas prioritárias de intervenção

- 4.1. Programa piloto para a região de desenvolvimento de projetos geradores de boas práticas na integração da educação e da cultura
- 4.2. Programas piloto para o desenvolvimento de projetos que reequacionem inovadoramente o papel e organização do sistema educativo e de formação (básico, secundário e profissional) e da correspondente oferta em territórios carenciados de jovens e atingidos pelo declínio demográfico
- 4.3. Formação e capacitação de agentes de intermediação para o combate à iliteracia digital em populações envelhecidas
- 4.4. Ações de formação profissional dirigidas a ativos empregados destinados a robustecer a sua qualificação profissional designadamente em setores com ameaça de desemprego estrutural com o objetivo de favorecer a sua eventual transferência para outros setores de atividade
- 4.5. Estratégia de aprofundamento e intensificação da iniciativa INCODE na Região do Norte segundo os domínios de implementação daquela Iniciativa
- 4.6. Programas piloto de desenvolvimento de soluções inovadoras para a organização dos sistemas de saúde em territórios de baixa densidade
- 4.7. Capacitação de agentes locais envolvidos em tarefas de gestão e animação em territórios de baixa densidade
- 4.8. Dinamização de projetos de inovação e de empreendedorismo social na Região
- 4.9. Avaliação e mapeamento de investimentos prioritários em equipamentos e infraestruturas em áreas sensíveis para a coesão social na Região (e.g., cuidados de saúde de longa duração, equipamentos sociais, formação profissional, habitação social), designadamente em termos de adaptação e reconversão funcional face a necessidades novas e emergentes.

#### **4.5. Objetivo comum 5 - Uma Europa mais próxima dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a União Europeia**

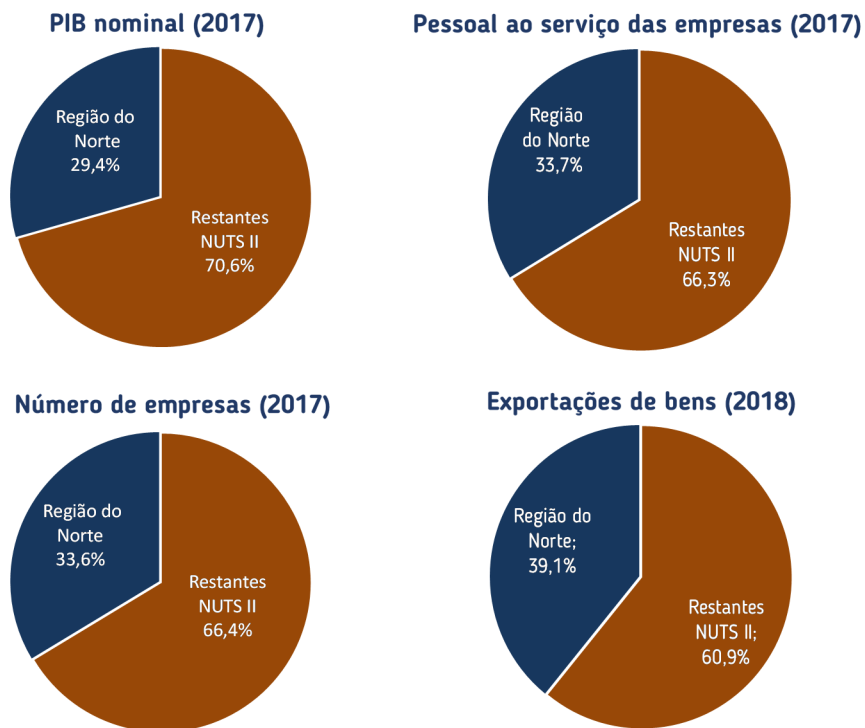
Enquadráveis neste objetivo temático, emergem as seguintes linhas prioritárias de intervenção:

- 5.1. Estratégia e sua operacionalização em projetos demonstradores de governação multinível para a região com explicitação e fundamentação de domínios apropriados para o nível local, intermunicipal, sub-regional e regional

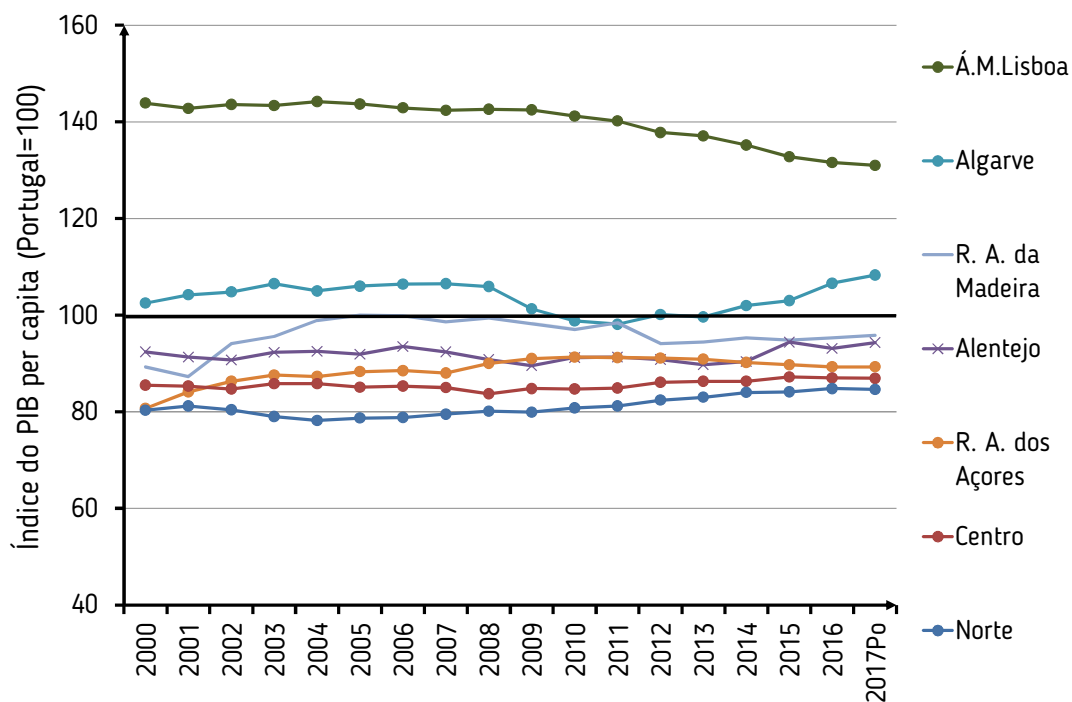
- 5.2. Capacitação para a resiliência de populações de territórios rurais face ao fenómeno das alterações climáticas e dos incêndios florestais
- 5.3. Desenvolvimento de projetos de valorização de soluções associativas na gestão da floresta
- 5.4. Programas de atração, acolhimento e integração de jovens qualificados e suas famílias a territórios de baixa densidade
- 5.5. Programa integrado de políticas públicas de valorização do potencial de juventude ainda existente na Região
- 5.6. Promoção de uma nova geração de PROVERE: valorização dos efeitos do turismo e de outras iniciativas em espaços rurais em transformação designadamente do ponto de vista do envolvimento das populações locais e da criação de empregos permanentes
- 5.7. Ações de ordenamento, sinalética, interpretação, capacitação e comunicação de *terroirs* da economia do vinho correspondentes a denominações de origem com notoriedade internacional
- 5.8. Apoio a iniciativas de reutilização de incultos e preservação de condições identitárias de paisagens com risco de transformação profunda
- 5.9. Apoio a projetos inovadores de cooperação de recursos em matéria de serviços públicos à população entre diferentes concelhos.

## Anexos

### 1. Peso da Região do Norte no total nacional

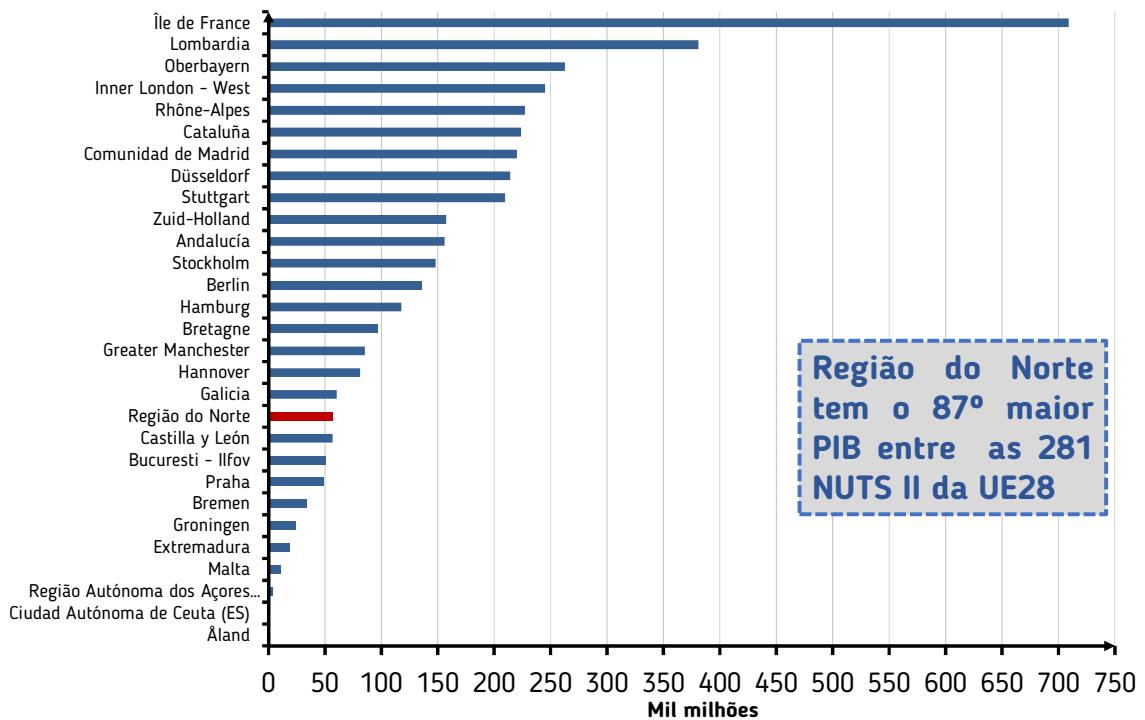


### 2. Assimetria das regiões NUTS II no contexto nacional (2000-2017)

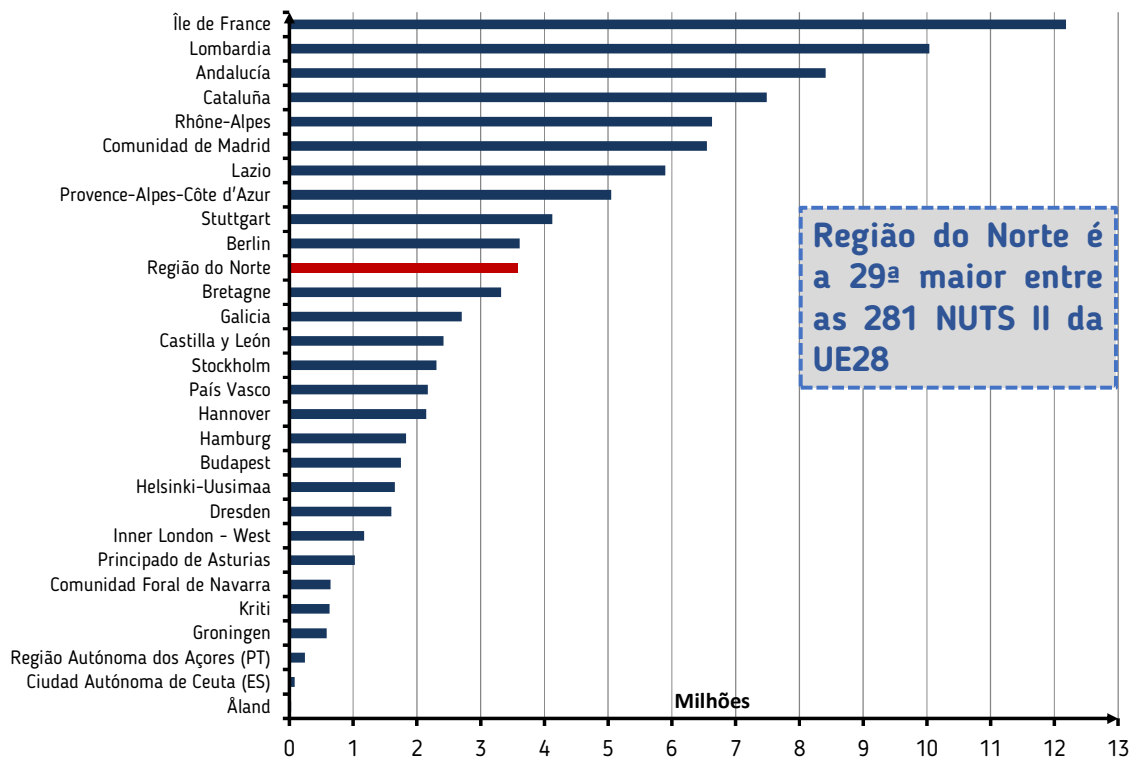




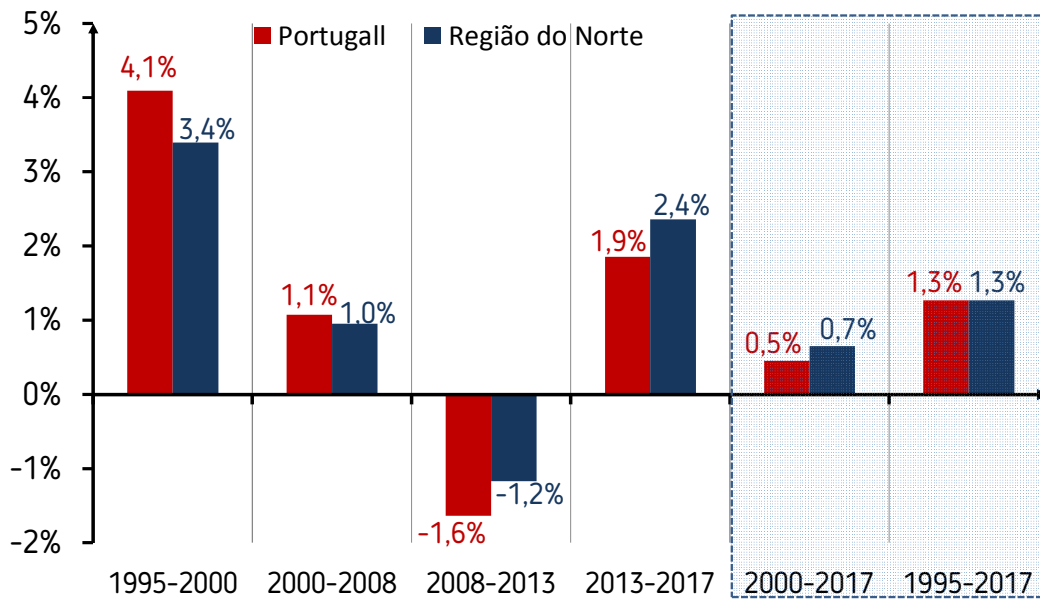
### 3. PIB das NUTS2 da UE28 em 2017



### 4. População residente das NUTS2 da UE28 em 2017



## 5. Crescimento médio anual do PIB em volume (1995-2017)



## 6. Crescimento médio anual do emprego (1988-2017)

